

ATA COMPLETA*

**Comitê da Bacia Hidrográfica
Rio Sorocaba e região do Médio Tietê
CBH- SMT**

40ª. Reunião Plenária Extraordinária

Município de Porto Feliz - SP

09 / 11 / 2007

Dartan Gravina (Taquígrafo)
(011) 7138 2725

* (SIC) Assim como foi dito.

Cerimonial- Convidamos para tomar assento à mesa o senhor Vitor Lippi Presidente do Comitê e Prefeito do município de Sorocaba, Wendell Rodrigues Vice-Presidente do Comitê, Cláudio Maffei Prefeito municipal de Porto Feliz, Deputado Estadual Hamilton Pereira, Rodnei Bergamo Superintendente do SAAE de Porto Feliz, Jussara de Lima Carvalho Secretária Executiva do Comitê da bacia hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê, Otávio Okano Diretor de controle da Cetesb, Gabriel Bittencourt Diretor de Meio ambiente do município Porto Feliz.

Convidamos todos para ouvirmos o hino nacional. Agora com o mesmo respeito convidamos para ouvir com a mesma emoção e respeito o hino do município de Porto Feliz.

Execução do Hino nacional e municipal.

Vitor Lippi Presidente do Comitê e Prefeito do município Sorocaba- Senhoras e senhores bom dia. Estamos hoje em Porto Feliz terra que nos trata com muito carinho, agradecendo ao Prefeito Maffei e toda a equipe pela recepção, cumprimentando pela escolha do local que é muito agradável, cumprimentar Porto Feliz pela sua história pela sua luta e seus avanços. Cumprimentando também Wendell Rodrigues Vice-Presidente, Deputado estadual Hamilton Pereira, Rodnei Bergamo Superintendente do SAAE de Porto Feliz, Jussara de Lima Carvalho Secretária executiva do Comitê da bacia hidrográfica do rio Sorocaba e Médio Tietê, cumprimentando e agradecendo muito a presença de Otávio Okano da Cetesb que fará uma apresentação muito importante que teremos na questão de rearranjo institucional na Cetesb, DEPRN, e uma nova reorganização regional, Gabriel Bittencourt Diretor de Meio ambiente do município de Porto Feliz, Promotora do meio ambiente Renata Lucia Maria Lima de Oliveira, o Presidente da Agência de bacia Marco Antonio Vieira que nos deixou nesse momento por ter

outro compromisso. Cumprimentando os Prefeitos: Carlos Aymar de Araçariguama, José Oscar Pavan de Conchas, Roque de Moraes de Vargem Grande Paulista, Darci de Jumirim, João Franklin de Araçoiaba da Serra, Assunta Marta L. Gomes de Boituva, Efanu de São Roque, Aldomir José Sanson de Cerquillo, Nilton Pinto da Silveira de Torre de Pedra, Cláudio Gianini de Cabreúva, Gonzaga de Tatuí. Cumprimentando todos vocês representantes do estado, membros da Câmara técnica e também os representantes da sociedade civil, das ONGs e das Universidades, e enfim todos vocês que estão construindo junto essa Agência ambiental fundamental para nossa bacia do rio Sorocaba e médio Tietê. Esperamos que tenhamos ótimos resultados na reunião de hoje. Muito obrigado.

Cláudio Maffei- Prefeito municipal de Porto Feliz- Bom dia a todos e a todas gostaria de saudar os Prefeitos saudando nosso querido Prefeito Vitor Lippi da cidade de Sorocaba, saudar o pessoal do estado através da Jussara e do Otávio, os funcionários da prefeitura municipal de Porto Feliz através do Bergamo e Gabriel, através de nosso Vice-presidente da sociedade civil. A Jussara pediu para deixar o vídeo institucional de lado mas são 31 segundos, então vou falar menos, só dei minhas boas vindas e passamos o vídeo para não deixar o pessoal da comunicação triste. Bem-vindo a todos.

Wendell Vanderley Rodrigues- Vice-Presidente do Comitê representante segmento sociedade civil organizada entidade Associação Ecológica ICATU - Bom dia a todos. Cumprimento a todos pela presença. É uma satisfação muito grande estar mais uma vez em Porto Feliz com mais uma reunião puxada para o Médio Tietê para discutirmos os graves problemas do médio Tietê, conversei com o Gabriel ontem e fiquei sabendo de um problema que é bom nos prepararmos, de empresas que estão desenvolvendo projetos para construir mais cinco PCHs-Pequenas Centrais Hidrelétricas no médio Tietê além dessa que querem implantar no parque das águas em Salto. Se preparem para 2008 com muito trabalho e deixo aqui em nome da sociedade civil mais uma vez o apoio à sociedade, aos Prefeitos, prefeituras e a população do médio Tietê. Muito obrigado.

Presidente- Quero chamar nosso querido ex-Prefeito de Itu Piunti que foi nosso primeiro Presidente do Comitê de bacia e que é nosso Presidente de honra. Uma salva de palmas.

Aplausos

Jussara de Lima Carvalho- Secretária executiva do Comitê- Representando segmento governo do estado de São Paulo- Cetesb- Bom dia a todos. Estamos um pouco atrasados. Queria chamar a atenção que o conteúdo da reunião está nas pastas por uma solicitação do Presidente do Comitê inclusive, colocando na pasta todo o material que será desenvolvido na reunião, as duas deliberações objetos de aprovação hoje, cobrança e regularização da Agência, o ofício ao Secretário Xico Graziano, protocolo de intenções Sabesp e Comitê, folder convite do Fórum lixo e cidadania e apresentações relativas ao cronograma e diretrizes dos projetos Fehidro. Na ordem do dia temos os informes, apresentação do plano diretor de meio ambiente de Porto Feliz, as deliberações, apresentação do doutor Otávio Okano Diretor de controle da Cetesb sobre licenciamento unificado e depois a discussão sobre diretrizes e critérios

para os projetos Fehidro.

Presidente- Passo para os informes.

Jussara Carvalho – Secretária Executiva- A Coordenadoria de recursos hídricos fez a revisão do manual de procedimentos do Fehidro que orienta para fazemos os projetos Fehidro e agora colocou para que todos possam fazer sugestões, em período muito curto mas temos esse período para fazer, nós divulgamos e está no site da Secretaria vocês receberam um e-mail, e temos até dia 13/11 para enviar sugestões para a Secretaria executiva e no dia 14 véspera de feriado faremos uma reunião intercâmaras para consolidar essas sugestões e também para avaliar as propostas dos critérios para distribuição dos recursos entre os Comitês, existe uma proposta nova, para nós está até sendo benéfica porque está aumentando nosso soldo, vamos dizer assim, mas temos de trabalhar porque é objeto de reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH, e em 21/11 haverá uma reunião do Fórum Paulista com todas sugestões dos Comitês do estado de São Paulo para levar para o Conselho estadual e no dia 07 de dezembro teremos o primeiro Seminário sobre a cobrança pelo uso da água, com os setores, agora o setor público, Serviços de Água, Esgoto, a Sabesp, será o público principal desse Seminário, e esse GT-Grupo de Trabalho vem realizando suas funções, com várias reuniões, e já tendo um cadastro e uma simulação, que vai ser discutido e apresentado nessa reunião e é super importante que os Prefeitos que têm serviços autônomos enviem seus representantes para essa reunião porque o Comitê tem a função de definir o valor da cobrança pelo uso da e é isso que estamos fazendo, essa então vai ser a primeira reunião com setor usuários, setor público. Enviamos também um ofício assinado pelo Presidente ao Secretário de Meio Ambiente Xico Graziano manifestando nossa preocupação em relação ao plano de manejo da APA de Itupararanga que é uma demanda dos municípios do entorno de Itupararanga, temos o GT Itupararanga que cuida desses assuntos e a essa demanda saiu desse GT para que o Comitê manifestasse sua preocupação porque já há quatro anos esse Conselho gestor vem se reunindo e o

plano ainda não está pronto e agora vai sair da Coordenadoria de planejamento e vai para a Fundação Florestal e a preocupação dos Prefeitos e da sociedade civil é que isso implique em uma demora ainda maior, o que também complica no caso de ter leis municipais, do uso do solo, melhores adaptados para região. Já foi enviado então. Também informo que existe um grupo fazendo a revisão do estatuto do Comitê e da Fundação Agência de bacias e esperamos ter em fevereiro uma reunião inter câmaras para consolidar todas essas posições e na próxima reunião do Comitê que deverá ser em fevereiro. Também informamos que estaremos recebendo o I Curso para capacitação e elaboração dos projetos Fehidro em uma parceria da UFScar com o Comitê de bacia e vai ser agora com três módulos em três dias, não são seguidos, vamos mandar por e-mail para vocês, começando já na próxima semana e pedimos para todos que tenham interesse em montar projetos Fehidro para 2008 que enviem seus técnicos, porque temos visto que muitos projetos são bons em relação ao mérito, mas não são bons projetos do ponto de vista estrutural e acabam perdendo a oportunidade de concorrer. São só trinta vagas. Muito obrigada.

Vice-Presidente - Queria fazer um detalhamento sobre alguns andamentos que ocorreram nesse ano e também agora chamar o Gabriel.

Gabriel Bittencourt Diretor de Meio ambiente do município de Porto Feliz- Bom dia a todos. Na verdade o Wendell pede para trazermos uma informação que nos foi passada através do CONDEMA de Porto Feliz, que encaminhou para mesa uma moção de repúdio que infelizmente não vai poder ser deliberada agora, entretanto é encaminhada para depois os membros do Comitê tomarem ciência para podermos deliberar no ano que vem na primeira reunião, vou ler rapidamente para que o Comitê possa tomar ciência de uma situação de muita gravidade que está acontecendo no momento no Congresso Nacional. " Moção de repúdio - Ao longo da história das civilizações as cidades tem gradativamente ocupado várias áreas do planeta causando vários impactos. Nascem e crescem via de regra ao lado

dos recursos hídricos, que se de um lado abastece suas necessidades vitais, por outro são agredidos com os dejetos por ela produzidos. Ao invés de matas ciliares, marginais, asfalto, concreto e o impacto citadino, tem o solo cada vez mais impermeabilizado produzindo entre outros impactos às enchentes que castigam sobretudo as faixas sociais mais economicamente carentes da população. Sedento de ocupar, implantar e lucrar em cada centímetro quadrado do solo urbano o setor imobiliário tem buscado alterar o Código Florestal diminuindo a faixa de preservação permanente. Em curso na Câmara dos Deputados sobre relatório do Deputado federal Renato Amary, mais uma dessas iniciativas o PL 3067/2000. O papel ambientalmente importante das APPs especialmente para proteção dos recursos hídricos este Comitê não poderia se furtar de repudiar essa iniciativa colocando-se portanto contrário aos objetivos explícitos do texto do relatório do deputado Sorocabano. Porto Feliz 09/11/2007 Conselho de apoio e defesa do meio ambiente de Porto Feliz". Encaminho para Secretária executiva como proposta de moção para ser discutida e deliberada na primeira reunião do ano que vem ao mesmo tempo que serve como informação do problema sério que representa esse debate. A orientação que a Secretária me passou foi nesse sentido.

Presidente- É possível que parte das pessoas que estejam aqui e estejam a par do acompanhamento dessa matéria, no entanto a maioria das pessoas desconhece o assunto e isso não estava pautado e vai ter de passar por uma análise para que tenha a consciência da votação desse Comitê, então pediria a compreensão e vamos seguir o que foi colocado aqui. Primeiro tem que entrar na pauta, estamos até abrindo essa exceção, não estava previsto, mas é um encaminhamento e temos de reconhecer como democrático e legítimo e que precisará ser analisado com a cautela necessária. Não estamos nem desmerecendo e nem avaliando o mérito, estamos preservando a forma da apresentação.

Vice-presidente- Gostaria de pedir, Jussara, que esse documento fosse disponibilizado a todos os membros do Comitê por Internet para todos poderem estudar o assunto e que convocados hoje passarem a estudar melhor o assunto, que se trata de um assunto muito sério a ser deliberado, e na primeira reunião do Comitê do ano que vem fazer parte da pauta. No caso agora foi de urgência, mas reforçar o pedido para que mandem essas matérias antecipadamente para que possa constar da pauta.

Ivanildo- Representando segmento sociedade civil organizada entidade Associação Missionária-município de São Roque-Bom dia a todos. Estamos com um sério problema na Via Oeste onde canalizaram a água da captação da micro bacia do Alto Cruzeiro e que é lançado sobre as ruas do município. Quando essa captação vem com grande volume d'água, tem resíduos sólidos, é lançado para o bairro e depois vai para o Tietê e a grande preocupação e solicitamos ao Secretário de Meio Ambiente Xico Graziano, ele deu atenção, só que ainda não foi resolvido, e o problema é sério, é uma enchente porque vira um rio durante quinze minutos e depois some. Então gostaria de uma moção de repúdio à Via Oeste para a Secretaria de Meio Ambiente.

Vice-presidente- Depois você apresenta isso para pautarmos, levando para a Câmara técnica pautando para a próxima reunião, mas que conste na Ata.

Ildaia- representando segmento sociedade civil organizada entidade - Plenu Instituto Plena Cidadania - Bom dia a todos. Estamos fazendo uso da palavra pelo Conselho gestor da APA de Itupararanga para mais uma vez, infelizmente dizer que o Conselho gestor está praticamente parado, a sociedade civil sempre que convocada participou, e a última informação que tivemos foi por e-mail dizendo que a CEPLEA se retirava e que a partir daquele momento era com a Fundação Florestal. A paralisação dos trabalhos causa um mal muito grande porque estamos em um momento que nas Atas das câmaras técnicas está registrado que haverá falta água na parte alta do rio

Sorocaba também. Também foi registrado que foi encontrado algas no reservatório de Itupararanga. Isso dá conta da gravidade da situação e a sociedade civil está disposta, nesses dois últimos meses que faltam para acabar o ano, a trabalhar, é só convocar, e acreditamos que há tempo, recursos financeiros e uma série de coisas e o pedido de novo colocado pela sociedade civil é de que a presidência do Comitê e exija, na forma como está na lei que a Secretaria do Meio Ambiente-SMA, convoque e retome com urgência os trabalhos do Conselho para que seja feito o plano de manejo da APA de Itupararanga, porque não faltam nem pessoal e nem recursos financeiros, temos todos os itens necessários.

Presidente- Concordamos visto também que se trata do principal manancial de Sorocaba e fizemos recentemente mais um ofício, mas não foi suficiente e precisaremos de uma data efetiva para que isso aconteça, já estamos conversando sobre isso e é uma questão que realmente ficou para trás e precisamos resgatar.

Maurício Tavares de Lima- Representante segmento sociedade civil organizada entidade Associação Holística de Participação Comunitária e Ecológica “Núcleo da Terra” – AHPCE - Bom dia a todos e a todas- Queria reforçar também essa última questão da posição colocada pela SMA porque estamos há quatro anos lutando por esse plano de manejo e o desenvolvimento da região vai ser muito grande, ou seja os impactos que tem causado às margens da represa de Itupararanga e dentro da APA vai ser muito grande e os planos diretores foram aprovados nesse tempo e todos nós somos testemunhas da omissão que todos também estamos ajudando pelo fato de não efetivarmos o plano de manejo, o uso dessa região e todos dependemos dela com relação água. Em segundo lugar é que novamente a Sabesp fez uma promessa em São Roque, prometidos mais 17 milhões de reais em obras na cidade, construção da ETE e novas obras de saneamento básico em São Roque e venho aqui pedir para que a Sabesp apresente oficialmente o cronograma de obras. A população de São Roque precisa saber disso, prazo e época, isso tem que ficar público, para

que pelo menos dessa vez os compromissos possam ser cobrados, não adianta colocar esses 17 milhões e a população não saber o que vai ser feito. É bom lembrar que todo esgoto da cidade hoje é jogado sem nenhum tratamento nos córregos e riachos da cidade. Obrigado.

Vice-presidente - Até o final do ano deve sair a assinatura do protocolo de intenções que foi provocado pela Secretaria de Saneamento e Energia do estado de São Paulo, e depois foi de protocolo de intenções para protocolo de ações, só que no momento ficamos só na intenção, e esperamos retomar isso no início do ano. Continuamos sem os representantes do estado na Agência de bacias, e na reunião de Piedade o Secretário Xico Graziano disse que iria resolver isso rapidamente e continuamos sem esses representantes, precisamos retomar isso. Outra coisa, dentro dos programas desse novo governo, tem um problema muito antigo que precisa ser solucionado, de micro bacias, e aproveitando o peso e o poder do Comitê, falam que o programa vai muito bem aqui e ali e sabemos que tem lugar em que ele não funciona, e falam também que tem muito dinheiro para esse programa de micro bacia e a gente não vê, e ele simplesmente não funciona em várias localidades e é muito importante dentro dessa nova agenda ambiental que o novo Secretário propôs nesse ano. A moção vai para a Câmara técnica de planejamento.

Francisco Antônio Mosquini- Representante segmento sociedade civil organizada entidade Consórcio intermunicipal do Ribeirão Piraí- O jornal Estado de São Paulo na semana passada, na segunda página, até passei para o Felipe isso, foi um comentário bastante esclarecedor sobre esse assunto. Muito obrigado.

Márcia representando segmento sociedade civil organizada - Esclarecendo que esse artigo é aquela coluna do editorial da Dra. Ada Pellegrino e do Ministro comentando acerca da inconstitucionalidade desse projeto de lei, do absurdo e do retrocesso que é tendo em vista toda a luta de todos os juristas da questão ambiental, criticando e apontando inúmeras irregularidades dentro do projeto. Eu peguei e mandei para o Comitê para que repassasse para todos porque considerei de extrema importância para todos e infelizmente não foi passado. Só isso.

Presidente- Concluídos os informes queria só esclarecer que tínhamos agendado uma reunião em Salto com a presença da nossa Secretária Dilma onde ela iria assinar esse protocolo e assinando um cronograma de ações da Sabesp em relação, enfim o Tietê, ao Sorocaba, e lamentavelmente por motivo de força maior não pôde estar presente, entramos em contato com a Secretária e ela lamentou-se e desculpou-se porque havia a programação com presença dela e isso criou uma expectativa bastante grande, mas ela pediu para que fosse reagendado porque ela quer participar, não foi uma falta de compromisso, lamentavelmente surgiu um compromisso e queremos agendar isso Jussara para o começo, na próxima reunião ordinária e já existe a proposta para que a reunião aconteça novamente em Salto, porque lá que deveria ter ocorrido, depois queria ver com o Geraldo para confirmarmos em Salto como já tinha sido planejada. Ela reafirmou a proposta de estar conosco de estar fazendo todos os esclarecimentos e assumir os compromissos necessários para os avanços das questões das estações de tratamento de esgotos que tem sido nossa principal preocupação. Passamos para os informes dos Prefeitos.

Carlos Aymar- Prefeito de Araçariguama- Gostaria de colocar o município de Araçariguama para pleitear a próxima reunião do Comitê, visto que seria minha última, saio em março, se possível que pudesse ser realizado uma reunião. Cumprimentar a mesa. Boa notícia hoje Lippi, sou um crítico veemente da Sabesp, vocês têm acompanhado na minha vida de Prefeito, e hoje venho agradecer. Acho que a briga

que realizamos nesses anos todos surtiu um grande efeito positivo especialmente em Araçariguama. Em Araçariguama temos a impressão de que seremos a primeira cidade a assinar o novo contrato da região. Nos foi apresentado um cronograma de obras com início imediato, 10 milhões de reais de investimento no momento mais 20 milhões nos próximos cinco a dez anos, a estação de tratamento tão brigada por muitos já é uma realidade, obras de emissários já em andamento, a cidade está passando por uma seqüência enorme de obras de saneamento ambiental e estou aqui para dizer hoje que as brigas às vezes dão frutos, precisa lutar, e hoje venho dizer isso, para dizer que a Sabesp em Araçariguama está cumprindo o cronograma previsto e já iniciou as obras, com mais de 10 milhões de obras nesse momento e até o final de 2008 toda a questão do saneamento na cidade já estará resolvida inclusive com a ETE construída e passaremos de 0 de tratamento para 100%, graças a Deus. Com relação às empresas que estão por aí visitando os Prefeitos gostaria de alertar os Prefeitos para tomarem muito cuidado, é bom brigar com a Sabesp, mas a gente sabe com quem está brigando, brigando com empresa particular vai complicar a guerra, cuidado, tem mala para cá, mala para lá, e isso vai acabar dando caso de polícia. Aproveitando para convidar todos presentes para estarem dia 14/11 em Araçariguama a partir das 10 da manhã o Senhor Ministro das Cidades Márcio Fortes, estará inaugurando mais cerca de 50.000m² de pavimentação com recursos da CEF, recursos do governo federal do governo Lula e nessa data estaremos comemorando 2 anos de funcionamento de nossa maternidade com 435 crianças nascidas e 0 de mortalidade infantil, graças a Deus, e nessa data também comemoraremos as pavimentações entregues gratuitamente a população e em seguida estará almoçando reservadamente com os Prefeitos podendo ter uma conversa mais próxima com o Ministro. Por fim, com relação ao que foi dito, não vou discutir o tema como disse o Lippi, muito bem, mas acho que nossa função aqui no Comitê e até trazer os temas mais difíceis de serem discutidos, mas temos de buscar soluções, se esse caso nos incomoda enquanto Prefeitos e representantes do meio

ambiente, lá em Brasília, acho que temos que procurar os deputados, nossos deputados, nossas lideranças para tentar interferir, o repúdio por si só não basta, precisamos de ações mais duras e vamos procurar soluções procurando as lideranças para evitar que o mal maior aconteça. Bom dia a todos, muito obrigado pela oportunidade e aguardo a presença de vocês especialmente no dia 14/11 às 10 da manhã em Araçariguama.

Vice-Presidente- Falando em nome de Cerquilha e de sua população que hoje dia 09 às 18h dentro da área que já contempla o aterro sanitário e a usina de reciclagem e coleta seletiva estaremos inaugurando o posto de recebimento de embalagens de agrotóxicos, que é um sonho muito antigo do pessoal lá, ambientalistas e agricultores, sindicato rural e da prefeitura, convidamos todos para estarem presentes.

Cláudio Maffei- Prefeito de Porto Feliz- Rapidamente, aqui em Porto Feliz poderíamos colocar uma série de avanços na questão ambiental, desde o tratamento de esgotos com o SAAE, a nova compra do local do novo aterro sanitário, estamos adquirindo a área e estamos fazendo todo o possível para encerrar esse aterro e começar um novo aterro e em breve estaremos inaugurando essa questão do recolhimento das embalagens, e o plano ambiental que estamos terminando. Gostaria de colocar o dedo na ferida que é a questão da descontaminação da área da US Quimic, estamos trabalhando e o Gabriel inclusive nessa semana esteve em Brasília, deve até ter algumas coisas novas a esse respeito, e que gostaríamos de pedir o comprometimento principalmente da Cetesb e dos órgãos estaduais para que realmente nos auxiliem no trabalho sério que estamos fazendo para remediação dessa área, queremos que muito em breve, inclusive tem na página 4 do jornal das águas algo a esse respeito, dessa contaminação que aconteceu em 1983 e estamos trabalhando para remediação dessa área e gostaríamos da compreensão e da ajuda dos órgãos, principalmente Cetesb para que tenhamos essa área descontaminada muito em breve. Muito obrigado.

Presidente- Agora passamos para apresentação do plano diretor ambiental de Porto Feliz convidando o professor Sérgio pelo estudo que foi financiado por esse Comitê.

Gabriel Bittencourt Diretor de Meio ambiente do município Porto Feliz- Essa contaminação industrial que o Prefeito disse é muito séria e queremos ter a expectativa de ver essa a área remediada definitivamente. Temos problemas sérios com a questão da queima da palha da cana, e uma série de problemas. Mas também o que comemorar, temos uma estrutura de gestão ambiental, enxuta, mas eficiente com fiscalização de saneamento básico, temos um centro de educação ambiental que funciona bastante, legislação que nos ampara nas questões ambientais, comemoraremos no ano que vem o tratamento eficiente de 100% dos esgotos, e temos também plano diretor ambiental em vias de conclusão, uma ferramenta extremamente importante para a gestão do solo urbano, e não apenas para gestão ambiental, no nosso caso para Diretoria de obras, de projetos, todas as diretorias entendem a importância desse plano para a gestão do município. O Sérgio inclusive vai fazer uma abordagem do significado desse plano diretor ambiental para a nova lei de saneamento 9445/07 e temos prazer de apresentar esse novo plano diretor ambiental acredito que possa servir de modelo para os outros municípios. Estamos aqui com o Flávio Camargo e o Sérgio da Fundespa.

(Apresentações com recurso visual do Datashow)

Prof. Sérgio- Vou procurar ser o mais breve, primeiro queria agradecer em nome da Fundação de estudos e pesquisas aquáticas ligado à USP, e agradecer ao Comitê para apresentar esse trabalho que estamos em fase de conclusão em Porto Feliz. Essa é a segunda vez que o Fehidro financia um projeto dessa natureza a nossa primeira oportunidade foi na cidade de Santa Fé do sul. No caso aqui a prefeitura municipal de Porto Feliz contratou com os recursos do Fehidro entrando com 80% e 20% de contrapartida do próprio município em parceria com a Fundespa. O município está a 110 km da capital portanto sob a esfera de influência da macro metrópole paulistana,

com 51.000 habitantes e produção agrícola predominantemente com a cana-de-açúcar, município de 57.000 quilômetros quadrados e apenas 4,5% da área do município com cobertura vegetal entretanto com uma questão interessante de que duas áreas do município apresentam área de preservação ambiental no sul e ao norte do município. Não existe nenhuma obrigatoriedade legal para o plano diretor ambiental mas temos uma base legal para contratação, a resolução Conama 87 nos seus artigos 6 e 7 e o próprio estatuto das cidades em diversos trechos preconiza a necessidade do cuidado ambiental para a área do município como um todo. O objetivo é prover a melhoria de qualidade de vida e do bem-estar da população por meio do desenvolvimento econômico sustentável compatível com as condições e potenciais ambientais do território do município. A abrangência não é exclusivamente ambiental é ambiental e econômica e social também. Sobre os benefícios, primeiro, é importante deixar caracterizado que o plano diretor ambiental é uma ferramenta de gestão, então o primeiro benefício é a gestão integrada de água e solo e com toda a ação humana que se dá sobre o solo, segunda, redução dos impactos ambientais com um extenso conhecimento do próprio território e dos dados do município, e também gerar realmente uma economia que possamos chamar de sustentável, controle do uso da terra, maximização dos recursos naturais, planejamento do crescimento que é muito importante dentro dessa escassez toda de recursos, agilidade administrativa, verificação de potenciais ocultos ou não revelados pelo município, municipalização do licenciamento e oferecer as perspectivas reais e concretas, com as regras do jogo clara, para a iniciativa privada. Vocês podem receber esse material de forma detalhada para conhecimentos é só preencher a ficha. A metodologia consiste no primeiro momento do levantamento de dados, no segundo momento analisá-los e no terceiro em uma etapa propositiva vamos propor o zoneamento ambiental. Na primeira fase a preocupação é elaborar uma base cartográfica atualizadas, com retrato detalhado e atual e que muitos municípios não têm. Compomos o mapa primeiro trabalhando com fotos aéreas

montando esse mosaico. Comparados com as cartas do IGC normalmente as bases cartográficas que utilizamos, entretanto tem mais de 40 anos de idade, e todos nós somos testemunhas nesse tempo todo das profundas modificações que o território sofreu e o resultado, queria chamar a atenção que cada um desses produtos cartográficos, cada um desses mapas em si é um instrumento que pode ser imediatamente aplicado, então hoje Porto Feliz sem uma base cartográfica absolutamente atualizada com hidrologia, todas ocorrências humanas, sistema viário, todo sistema de acesso tudo absolutamente registrado. O segundo mapa, existem cinco mapas, é uma verdadeira tomografia do território revelando exatamente suas condições, no segundo, geomorfológico, vai nos dizer como é a forma e a qualidade do relevo, dos solos, erosão, solos frágeis, etc. Esse é um outro mapa, das alturas do relevo. Outro é das declividades do terreno, e com um mapa desses na mão todas as condições de implantação são previamente conhecidas pela administração pública. O plano diretor ambiental antes de mais nada é um conjunto de informações organizadas que se constituem em uma ferramenta de gestão e aplicação direta de seus resultados. Outro mapa, fundamental é o de legislações, ou seja lançamos na base cartográfica inicial toda a legislação, federal, municipal e estadual, de modo que não paire mais dúvidas e as áreas de proteção ambiental, coberturas vegetais, áreas de proteção entorno dos corpos d'água, qualquer outra, vai estar lançada nesse mapa e portanto podemos medir e enxergar com precisão, áreas de nascentes 50 metros de raio, 30 m do corpo da água e qualquer outro dispositivo legal. O primeiro mapa é a primeira fase, da que levantamos os dados do município e agora entramos na segunda fase que é a fase da análise, ainda é um mapa de uso e ocupação da terra, com todas as atividades do território que são cartografadas e lançadas, o plantio das culturas, cana, áreas urbanas, de expansão urbana, tudo absolutamente lançado, trabalhamos com fotos de satélite ou aerofotos e com pessoal de campo que atualiza as informações. Nesse momento de posse desses dados vamos elaborar um mapa que se chama classe de

capacidade de uso da terra e cuja finalidade é essencialmente para área de agricultura, nos dando informações da qualidade do solo, relevo, e indica com precisão os cuidados que devem ser tomados com as culturas perenes, então estamos falando direto de instrumento de gestão e planejamento. Um outro mapa que geramos e que também está exposto ali naquela área é o mapa dos conflitos ambientais que sintetiza mostrando com clareza a erosão, áreas onde a cobertura vegetal foi danificada, corpos d'água assoreados e os sujeitos a carga de poluição, todos conflitos ambientais que necessariamente gestores públicos municipais deverão enfrentar por pressão da sociedade civil, inclusive, que se colocou hoje aqui com clareza, estarão contemplados. Como a questão do Ivanildo de São Roque com o operador do sistema viário. Temos então uma ferramenta e na qual podemos cobrar da iniciativa privada, seja obra pública ou de concessionárias as ações corretivas porque conhecemos a posição exata de nosso território e podemos lançar sobre esses mapas com precisão os desenhos da engenharia e verificar de antemão os problemas que surgirão. Outra possibilidade importante é o lançamento de todas essas informações em imagem 3 D, para áreas escolhidas para aterro, implantações industriais ou para qualquer outra situação, tornando-se muito claro e fácil para qualquer um perceber as condições onde determinada intervenção deverá ocorrer. As suas aplicações, primeiro vamos criar uma base de dados georeferenciado, segundo vamos trabalhar com diretrizes para uso e ocupação da terra, terceiro diretrizes para serviços e equipamentos, quarto vamos identificar as áreas frágeis, quinto vamos propiciar o planejamento das obras com restrição e minimização dos impactos ambientais e depois podemos identificar também os potenciais de aproveitamento dos recursos naturais, de água e solo e depois fundamentalmente evitar o crescimento o crescimento a qualquer custo, seja estamos falando de fato de uma possibilidade de desenvolvimento sustentável. Chamo atenção nesse particular e os assuntos tratados nesse Comitê com as bacias hidrográficas fazendo a ligação com a questão da nova lei de saneamento, ou seja

já como um plano diretor ambiental ou componentes desse plano pode e deve subsidiar a elaboração de projetos de água, esgoto, saneamento e resíduos sólidos. No enquadramento legal temos esse texto da lei que demonstra com muita clareza as necessidades e ações efetivas com relação à proteção do meio ambiente, no artigo segundo trata dos princípios fundamentais para que tenhamos a prestação de serviços públicos e saneamento básico, no item dois desse artigo fala da integralidade, e uma vez que conheço o território conjunto das ações pretendidas para podemos ter uma noção muito clara quais são as interferências entre essas ações e os resultados disso sobre o meio físico. No terceiro fala do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de forma adequada e a proteção do meio ambiente. No quarto da disponibilidade de todas as áreas urbanas de serviços de drenagem, manejo das águas pluviais, adequados à saúde pública, a segurança da vida e do patrimônio físico e privado. Quinto a adoção de metas e técnica de processos que considerem as peculiaridades locais e regionais o que se refere portanto a um conhecimento profundo do território, um das águas, coberturas vegetais, culturas, meio urbano, tudo aquilo que compõe a realidade local, articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação de combate à pobreza e de proteção ambiental, mais uma vez a atenção a proteção ambiental, evidente de sustentabilidade econômica, e que não pode ser entendido aqui que como normalmente os projetos de água e esgoto se resumem, mas precisamos de sustentabilidade econômica e inclusive ambiental. Integração das infra-estruturas de serviço, com uma extensa cartografia é possível melhorar e realmente propiciar essa integração no diretório municipal. No artigo 49 estabelece os objetivos da política federal, saneamento básico e aqui com toda clareza, minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e ao desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico assegurando que seja executada de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, uso e ocupação do solo a saúde. A lei então

é explícita com relação a questão ambiental e pretende de alguma maneira expandir o universo dos projetos de água, esgoto, resíduos sólidos e pluvial que normalmente 99% dos casos se resumem a projetos específicos mas que não levam em consideração todo contexto no qual vão interferir e exatamente esse suporte entendemos que é necessário. As ações fundamentais que preconizamos, primeiro planejar diante da escassez de recursos especialmente água, se por um lado só para água porque não houve cuidado com a drenagem por outro também foi alertado aqui sobre o alto risco da falta de água para beber. É fundamental para o colegiado. No plano diretor ambiental está o resgate do planejamento. Segundo, estabelecer diretrizes de projetos a partir do conhecimento da carga de suporte do território, o que o território é capaz ou não de suportar em ações, intervenções e metas. Depois, contar uma base de dados georeferenciados que promovam interligação entre os projetos de água, esgoto, drenagem e resíduos. Importante também é complementar o aspecto regional ao plano de bacias da UGRHI Sorocaba-Médio Tietê que é uma cartografia na escala 1X 25000 o que significa que dentro de uma região de 34 municípios o plano é mais do que adequado é um plano de excelente qualidade, entretanto não é sua atribuição tecer as peculiaridades locais, os detalhes de cada município, então nosso trabalho complementa com uma leitura detalhada os aspectos locais e convido vocês para verem os mapas que trouxemos. Finalmente temos uma visão dinâmica, atualizada e focada nas condições locais. Temos também uma recomendação de qual deve ser a base de dados ambientais mínima a ser contratada no âmbito da lei 9445 da lei para os projetos de saneamento, primeiro uma base cartográfica atualizada, espero ter deixado claro que essa base serve como um todo, depois um mapa das inclinações do terreno como um todo, depois o mapa da qualidade do solo e relevo, depois o mapa do uso da terra onde conheceremos detalhadamente todas as ações que existem hoje no município, depois o mapa de legislação ambiental e de uso e ocupação da terra, acho que não preciso frisar a enorme utilidade de um mapa dessa natureza, e finalmente o mapa de conflitos

ambientais. Rapidamente era isso que tínhamos para expor e quem tiver interesse em conhecer detalhadamente esse material através da ficha podemos entrar em contato para que possa conhecer melhor do trabalho. Agradeço mais uma vez oportunidade de apresentar o trabalho.

Presidente- Quero felicitá-los pelo trabalho acho que realmente todos municípios devem se esforçar para ter um plano como esse, sem dúvida orienta e coordena não só as ações presentes, mas o futuro também de cada município com respeito às questões de sustentabilidade. Registro a presença também do Prefeito Tadeu de Resende de Piedade e o Prefeito José Geraldo Garcia de Salto. Passo agora para o deputado Hamilton para um rápido informe face a questão da legislação citada.

Deputado Estadual Hamilton Pereira- Bom dia a todos e a todas, queria na pessoa de nosso anfitrião o Prefeito Cláudio Maffei, nosso Prefeito de Sorocaba Vitor Lippi, Presidente do Comitê, e também de nosso pioneiro na criação do Comitê Lázaro Piunti, cumprimentando todos Prefeitos, a prefeita, na realidade a exposição do plano diretor ambiental, maravilhoso, parabens, seria importante todos nós seguirmos esse exemplo. Dizer exatamente que pela lei federal 11445 recebemos na Assembléia legislativa acerca de um mês um projeto enviado pelo governador José Serra, PLC 48/2007 burilado pela Secretaria do meio ambiente do estado, com pedido de tramitação de urgência o que de certa forma suprime um pouco a discussão, criando no estado de São Paulo a Agência reguladora das águas, serviços de saneamento e energia no estado e portanto esse projeto foi discutido muito rapidamente pelos partidos, e nossa crítica fundamental é que o projeto não propiciou os debates, na sociedade civil, e já foi muito pequeno na própria Assembléia, e exatamente por não haver o debate com a sociedade civil organizada acabamos não tendo a possibilidade de sua participação dentro desse projeto da Agência reguladora e o projeto foi enviado com uma justificativa dizendo que é exatamente para se adaptar a essa lei federal e a Agência tem todas características de já estar preparando a Sabesp para futura privatização, chamo

atenção porque teremos uma Agência onde majoritariamente o governo do estado de São Paulo vai nomear seus representantes e vão dar carta e jogar de mão, e chamo atenção de todos que foi colocado em discussão na última quarta-feira de um acordo com todos os líderes partidários da Assembléia que decidiu que esse projeto vai a voto na próxima terça-feira em plenário e a justificativa do governo para que não tenha havido debate com a sociedade e audiências públicas que estão preconizadas no próprio projeto, no entanto não foram realizadas, é entre a aprovação do projeto e posteriormente até a sanção do mesmo e a regulamentação serão feitas as audiências públicas, então acho importante ficarmos com atenção nisso e nós estamos participando desse debate, e ainda nas discussões que ocorrerão, na terça-feira antes da aprovação iremos lembrar da importância da participação da sociedade civil organizada, que é muito importante por si só. Gostaria também de agradecer o convite e dizer que gostaria de participar mais constantemente desse fórum recebendo antecipadamente os convites como essa que vai haver no ano que vem onde importantes temas já levantados aqui serão definidos. Então é isso, vamos prestar atenção na criação dessa Agência do estado de São Paulo que interessa obviamente a todos nós, no estado e sobretudo as prefeituras. Grande abraço.

Presidente- Obrigado Hamilton, agora passo a palavra para o Diretor de controle da Cetesb Otávio Okano para falar sobre as Agências unificadas e o licenciamento unificado.

Otávio Okano - Diretor de controle da Cetesb e Secretário Executivo do Comitê da bacia hidrográfica do AltoTietê- Bom dia a todos, inicialmente queria saudar o Prefeito de Sorocaba Vitor Lippi Presidente do Comitê e saudar todas as autoridades da mesa, senhores Prefeitos, senhoras e senhores. Gostaria de agradecer ao convite feito à alta direção da casa pelo nosso Presidente Prof. Dr. Fernando Fernandes Cardoso Rei, que nos solicitou que o representasse nessa importante reunião falando um pouco sobre a questão do projeto de licenciamento unificado. Antes de mais nada queria responder a duas questões

colocadas aqui, uma a questão da área contaminada de Porto Feliz, onde existe realmente o problema e em 2004 foi proposto pela SMA juntamente com a Cetesb a criação de uma lei para criarmos um fundo referente às áreas contaminadas do estado, onde inclusive consta em um artigo dessa lei que todas penalidades aplicadas pela Cetesb em função de áreas de contaminação seja formadora desse fundo, infelizmente até hoje não foi votado pela Assembléia legislativa desse PL que seria muito importante, porque nesse caso poderíamos estar investindo no caso de Porto Feliz, e colocamos a alta direção da Cetesb, a disposição para criarmos todos os estudos necessários, porque temos os equipamentos que podem demonstrar no solo e fizemos um Termo de ajustamento de conduta-TAC. Com relação a queimada de cana, outra questão levantada, gostaria de voltar no passado para lembrar que em 1997 o então governador Mário Covas, com o Deputado Xico Graziano, atual Secretário de meio ambiente, previam a extinção da queimada nas áreas de declividade em 2005, e outras declividades em 2012, porém por questões jurídicas foi julgada inconstitucional a lei e hoje estamos levando para 2021 as áreas com declividades a 12% e 2031 as áreas superiores a declividade de 12%, porém dentro dos projetos estratégicos criado pelo governador Serra e pelo Secretário Xico Graziano, onde já assinamos um protocolo com vários produtores de açúcar e álcool reduzindo o período de queimada para 2014, 2017 com relação aquelas áreas, respectivamente, pudemos antecipar isso e como medida complementar ainda do Secretário, foi determinado que nenhuma área de cultivo de cana, nenhuma unidade nova, ampliação, poderá utilizar o povo para a colheita da cana, todas terão de ser colhidas mecanicamente. Como havia dito temos 21 projetos estratégicos do governo do estado, projeto de mata ciliar, Município verde que tem dois componentes como o esgoto tratado e lixo mínimo, e um dos projetos de bandeira tanto do governador como do Secretário Xico Graziano é o licenciamento unificado. O sistema ambiental hoje é formado pela Secretaria do meio ambiente-SMA, Cetesb e o DAEE, o DAEE porque tem de fazer o licenciamento de

outorgas, seja de captação ou no lançamento de efluentes nos cursos d'água. A SMA tem o DEPRN atuando em todo estado e o DUSM-Departamento de uso do solo metropolitano trabalhando basicamente na região da Grande São Paulo, além do DAIA-Departamento de avaliação de impacto ambiental para empreendimentos que necessitam de EIA-RIMA ou RAP para serem aprovados e a Cetesb o braço licenciador da parte industrial. O processo todo é bem definido porém cada um dos quadros que se manifestam no licenciamento, por exemplo a Cetesb quando se trata de uma licença prévia demora trinta dias, e se depender de documento do DEPRN vai levar no mínimo 60 dias para se manifestar, e se depender do DAEE o prazo previsto é de no mínimo 90 dias, se depender de Avaliação de impacto ambiental, que é mais demorado, leva de seis meses a um ano. Tudo isso faz com que os senhores Prefeitos e empresários parece, como costume dizer, um mendigo batendo em cada porta de cada órgão pedindo uma licença. Com isso deixo de gerar empregos, ter soluções ambientais e atraso todo processo de melhoria da questão ambiental principalmente dos estudos que devem ser feitos. Qual a ousadia desse plano que o governo fez? Exatamente colocar em um único local todos os órgãos. A princípio estamos fazendo uma unificação do DEPRN, DUSM com a Cetesb, e temos no estado de São Paulo 49 unidades do DEPRN com base de serviços, 35 da Cetesb, muitas vezes no mesmo município mas que não se conversam, trocamos processos, documentos mas sentar em uma mesa para tomar uma decisão se aquele empreendimento pode ou não se instalar não é feito. Isso também faz o atraso. O desafio é colocar as equipes trabalhando de forma conjunta, se tenho um empreendimento que precisa da manifestação do DEPRN e de uma licença da Cetesb, até hoje na maioria dos locais isso é feito, DEPRN vai em um dia e a Cetesb em outro, e isso é um absurdo, se somos os órgãos que temos de fazer avaliação no mesmo local porque não fazemos conjuntamente, utilizando o trabalho? Porém o licenciamento não passa só pelo órgão ambiental, Cetesb só pelo estado, a constituição brasileira prevê em seu artigo

23 que o licenciamento pode ser feito no âmbito da união, estado e município. Por que às vezes também é demorado? Porque perdemos muito tempo no estado analisando processos que seriam de competência do município analisar, por exemplo alguns pequenos empreendimentos por que o DEPRN tem de se manifestar, a Secretaria de meio ambiente ou de Agricultura do município poderia se manifestar e autorizar, por que tenho de licenciar marcenarias, que é empreendimento de impacto local? Nós precisamos também cumprir o que diz a constituição, fazendo com que os municípios também assumam seu papel de licenciadores, fiscalizadores, sendo o estado um complemento, não o estado sozinho fazer tudo como é hoje. Uma pergunta óbvia, como fazemos isso se não temos capacitação? Uma das atribuições da Cetesb é exatamente dar treinamento e capacitação. Até faço um desafio aos municípios, porque onde existe Cetesb por que não fazemos um piloto em alguns municípios trabalhando em equipe, para tirarmos as dúvidas e avançarmos no processo, mostrando os caminho que os municípios podem fazer. Esses projetos, que sabemos que tem de dar certo, vamos fazer para que dê certo, porque embora temos 49 unidades do DEPRN e 35 da Cetesb no estado inteiro, você não tem uma cobertura rápida de algo que está errado, se somarmos esses números dá 84, só que hoje nós da Cetesb em determinados locais para fazer um atendimento podemos andar até 200 km para ir e para voltar, um absurdo, um erro, uma perda de tempo de um técnico profissional capacitado, e com esse projeto vamos transformar as 84 unidades em 56 unidades distribuídas no estado de São Paulo e com isso a distância média que iremos percorrer está entorno de 100,120 km, ou seja no tempo global de 1h, 1:15h você chega até o local facilitando para que faça o atendimento mais rápido, permitindo com isso o atendimento mais próximo ao cidadão, não só na questão do licenciamento mas nas demandas que o cidadão tem na questão da fiscalização. Nesse aspecto o licenciamento ambiental, no futuro, no ano que vem estará lá na Cetesb o DAIA-Departamento de avaliação de impacto ambiental da SMA e já foi dito pela Coordenadoria

de recursos hídricos que hoje é parte da Secretaria do meio ambiente, existe uma tendência natural que também a outorga venha para a SMA e se for assim deverá ser um braço das Agências ambientais do estado de São Paulo, porque nessa unificação Cetesb, DEPRN, DUSM, criaremos uma nova Agência ambiental, cujo nome não sabemos. Quando é o término desse projeto? Nossa previsão é termos 56 unidades implantadas até 31/05/08. Além dessas 56 Agências trabalhamos hoje com o público, trabalharemos com as vocações que o estado que o São Paulo tem, sendo indicado quatro grandes vocações, conservação que é no litoral paulista e vale do Ribeira, vocação industrial na região metropolitana de São Paulo, vale do Paraíba e região de Campinas, região em industrialização no eixo Alta Mogiana, região de agro negócios na região do oeste paulista. Além dessas 56 Agências nosso objetivo é pegar parte daquilo que o DAIA está fazendo hoje e trazer para quatro grandes locais no interior, teremos várias vocações, em Capão Bonito agro negócios, Tupã, um parque industrializado em Bragança e a parte em industrialização unidade São Carlos, onde teremos pessoas que saibam fazer relatório ambiental preliminar e licenciamento ambiental e os Eia-Rimas irão a princípio para São Paulo com o DAIA. Além disso a intenção do Secretário é trazer o CONSEMA de SP, onde só meia dúzia de entidades participam, praticamente cativas, descentralizarmos o CONSEMA criando os CONSEMAs regionais permitindo dessa forma que a sociedade civil e as ONGs tenham a máxima participação. Visamos com isso três aspectos de fundamental importância, agilidade, transparência e eficiência no licenciamento. Evidente que para sermos transparentes e principalmente mais ágeis não quer dizer que sejamos benevolentes, não, agilidade somada à transparência vai fazer com que sejamos muito mais rigorosos em nossas decisões de licenciamento ambiental e isso sim é importante. Esperamos com isso reduzir no futuro para o mínimo de três meses para licenciamento de empreendimentos de grande impacto, com EIA-Rima. Faço um apelo aos senhores, quando tiverem de elaborar um EIA-Rima façam com profissionais capacitados, profissionais que realmente entendem de meio ambiente e

saibam elaborar um projeto. Porque a demora da obra que todos reclamam, é que os projetos são tão ruins, tão ruins, que o cara volta dez vezes na Cetesb e nós acabamos ajudando a fazer o projeto, isso é lamentável, porque quando você contrate um profissional de alta capacidade vai ter um custo para resolver seu problema, quando se diz que o sistema está atrapalhando pode desconfiar que ele é incompetente, que ele não sabe fazer o projeto e joga a responsabilidade no órgão ambiental para tirar a sua responsabilidade como profissional. Costumo dizer que antes de mais nada consultem quem tem projetos aprovados, e qual o tempo que ele levou para aprovar para ver esse contrata ou não esse profissional para fazer um estudo desse tipo. Com relação aos licenciamentos da municipalização nós em 2005 prevendo que nem todos municípios terão condições de fazer o licenciamento ambiental, no estado de São Paulo somos em 645, criamos uma modalidade de licenciamento via Internet que as empresas de baixo impacto produzem. Entra no site da Cetesb, por exemplo uma marcenaria, preenche uma documentação, paga a taxa e mandam a certidão de uso e ocupação do solo para a Cetesb, localização, feito isso emitimos a licença em no máximo 15 dias. Isso está de acordo com o projeto de desburocratização do estado de São Paulo. Sabemos que municípios que por exemplo tem 2000 habitantes não terão condições de fazer o licenciamento, quem quer instalar uma marcenaria lá faz via Internet e recebe, ele imprime a licença na sua casa, com assinatura digital pela Cetesb. Eram esses os esclarecimentos sobre licenciamento unificado e mostrar que é um projeto de peso e vai ajudar muitos municípios, vamos estar em mais vinte e um municípios do estado de São Paulo até 31 de maio, 21 Agências novas, contamos com isso o apoio de muitos Prefeitos, do estado, o apoio do governador José Serra, nosso grande gerente do projeto, nosso Presidente, todos estamos envolvidos na elaboração desse projeto e em nome do Presidente da companhia Dr. Fernando Rei gostaria de agradecer e deixar meu muito obrigado.

Presidente- Obrigado pela atenção ao tempo de exposição. Abro dez minutos para perguntas.

Maurício- Com essa exposição ficou mais nítido o que se pretende. Me surpreende essa tendência da rapidez e agilidade, falando assim parece que é muito bom ser muito mais ágil, mas com a demora hoje que acontece nos órgãos públicos a gente vê muitos erros e impactos, com por exemplo as obras na via oeste no condomínio São Roque, vemos que apesar de não ter havido uma demora, trouxe grandes impactos negativos para nossa cidade. Nos preocupa muito quando o senhor disse que isso será nos municípios e a gente sabe que nos municípios existem muitas pressões e muitos não têm condições de arcar tecnicamente com esses licenciamentos inclusive o problema de pressões que acontecem no nível municipal. Então sinceramente ficamos preocupados com esse nível de licenciamento proposto por essa Agência, inclusive dá impressão de mais uma vez ser a lei do estado mínimo, tirando responsabilidades dos órgãos do estado que estão há anos capacitados para isso, que normalmente têm técnicos competentes dentro do estado e de repente em uma levada fazer um EIA-Rima que realmente demora uns seis meses a um ano de vem ser proposto para três meses. Nos preocupa muito o impacto ambiental que vai acontecer na nossa região e em todo estado de São Paulo. De repente a demora é melhor do que às vezes fazer coisas que não estão sendo estudadas em detalhes, porque o caso não é só de marcenarias, o problema não são só marcenarias, pequenas indústrias, como o que acontece em cada uma das pequenas cidades que estão em volta de Sorocaba e São Paulo. Então nos preocupa muito essa forma colocada quando o negócio da lei é agilidade, rapidez e transparência. As vezes não é muito transparente, gostaríamos que os estudos fossem detalhados tecnicamente e não depois de cinco-dez anos perceber que tecnicamente não foi bem elaborado, a gente sabe que muitos favores acontecem nessas obras, então realmente nos preocupa e gostaríamos que os órgãos técnicos estaduais que são muitos capacitados pudessem continuar agindo com a competência que às vezes ainda

acontece. Muito obrigado.

Otávio Okano- Gostaria de esclarecer que o EIA-Rima não fica no âmbito do município, obras de alto impacto, impacto regional não ficam no município, o que fica no município são as obras de impacto local, com interferência local. Se também eu partir do princípio que o município não é capaz, está sujeito a pressões, nunca vamos mudar esse País, porque temos de partir para o lado que todos somos profissionais e honestos, se do outro lado rotular que ninguém presta continuaremos com esse País que somos hoje. Temos de observarem as palavras que foram colocadas, obras de baixo impacto, baixo impacto é uma marcenaria que incomoda o vizinho, não é uma obra da via oeste de intervêm em mata ciliares, área de proteção e em uma série de coisas, realmente essa obra tem de passar por uma discussão de EIA-Rima. Agilidade, quando falamos em ganhar tempo, é exatamente cobrar aquilo que falei no final com relação a projetos, é essa a obrigação do estado, fazer com que todos façam um projeto adequado, porque o estado não tem de ser paternalista e definir o estado para o empresário, ele que tem de contratar e se quer economizar com a contratação do projeto, pegar um de baixa categoria, ele terá a perda da demora do licenciamento. Quando falamos em agilizar é porque outros, no setor empresarial já existe uma consciência de que é melhor fazer pagando mais do que pagar duas vezes. Pagar duas vezes sai mais caro. Temos de trabalhar pensando que o grande fórum de debates, inclusive no futuro acho que nesse caso o Comitê de bacia de Piracicaba por exemplo, uma obra de grande impacto tem inclusive manifestação do Comitê de bacia. Porque tem algumas coisas que vocês que estão no Comitê observam, e nós temos de pegar o Comitê de bacia, nós temos de fazer o licenciamento por meio, por exemplo se tenho um empreendimento que vai passar pelo rio tal, na bacia tal, e aquele rio não tem mais condições de receber carga orgânica caberia ao próprio Comitê exigir um grau de tratamento para aquela indústria para que não causasse dano naquele corpo da água, aí entra o papel de todos nós, órgão técnico, sociedade civil, governo municipal e estadual

para fazer a coisa acontecer de forma correta. Mas não posso imaginar que alguém parta do pressuposto que vamos agir por pressão ou por outra coisa, que isso não é acreditar na possibilidade de melhorarmos esse País.

Francisco Antônio Mosquini - Já estamos acompanhando há algum tempo essa reestruturação dos órgãos ambientais e consideramos de grande variedade pela rapidez que pode ocorrer e de modo bastante especial que a comunidade local conhece os problemas do que desenvolver um projeto e ser analisado à distância em uma sala. Agora, o que é importante para isso é que seja considerado dentro do Comitê exatamente para os casos de responsabilidade regional, vamos dizer, e para que funcione o sistema consideramos importantíssimo a existência em cada município do Conselho municipal de defesa ambiental-CONDEMA formado por pessoas competentes, de responsabilidades. Muito obrigado.

Presidente- É óbvio nós que somos por essência municipalistas não estaremos contrários à isso, acho que é uma questão de adequarmos, como foi dito aqui acho nem todos municípios conseguirão fazer, o município pode e deve avançar mais na questão do respeito ambiental o que não significa esperando meses e meses porque isso não é bom para ninguém, eventualmente uma licença, mas é preciso otimizar a que estrutura existente, acho que essa é a preocupação da agilidade, racionalizado e otimizando melhor a estrutura existente e incentivando os municípios a iniciarem esse trabalho para as questões de menor impacto ambiental, acho que isso é racional e vamos acompanhar isso como um processo, espero, ninguém vai imaginar que isso vai em detrimento da qualidade do trabalho, esperamos que tenha mais gente envolvida no processo e com isso, como é um pronto-socorro quando vamos reestruturar um sistema de saúde, não podemos mandar todos problemas, grandes e pequenos para o hospital, você vai entupir o hospital, você tem unidades descentralizadas de saúde e cada um é responsável pela resolutividade, organizando melhor o sistema, isso é coisa da saúde, mas de meio ambiente vejo que está caminhando nesse tido também e

que os municípios gradativamente possam assumir seu papel dando uma maior agilidade para as questões de impacto local. Queria dizer também para o Okano que nosso Comitê tem sido ouvido, tem sido bom e saudável, nas questões de impacto na região e o DAIA sempre procura nosso Comitê para o licenciamento de grandes obras na região, acho que já está acontecendo isso, é muito bom. Vamos encerrar agora com as duas últimas questões.

Darci Schiavi - Prefeito de Jumirim - A cidade é pequena, 2.500 habitantes, logicamente não teremos condições de formar esse órgão de meio ambiente e essa Agência que está se criando em São Paulo é por essa lei que está na Assembléia, que vai autorizar os municípios criarem essa Agência ?

Okano- Na realidade o próprio artigo 23 da constituição brasileira já fala que o município pode licenciar e a própria resolução Conama permite a criação do licenciamento pelo município. O que é mais interessante, hoje, passados quase vinte anos, não conseguimos regulamentar o artigo 23. Temos estados com o licenciamento feito pelos municípios extremamente avançado, por exemplo no Rio Grande do Sul mais de 130 municípios dos seus 300 fazem licenciamento, Santa Catarina também e o Rio de Janeiro, que tem muita atividade industrial de médio impacto, e hoje quem licencia é o município e o Ministério Público, que às vezes é um grande paladino da justiça, aceita que isso seja feito no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e em São Paulo tendo as duas correntes, uma ala que aceita e outra que não aceita. A própria constituição permite o senhor fazer o licenciamento, basta que tenha o CONDEMA e a Secretaria de meio ambiente ou planejamento e meio ambiente.

Prefeito Darci- Como também temos uma formação de consórcios...

Okano- Tem isso também, se você se unirem em cinco, seis municípios podem criar uma estrutura que faça o licenciamento daquela região.

Prefeito Darci- Mas não precisaríamos de alguma lei, alguma coisa...

ente

Okano- Bastaria criar o consórcio e fazer o convênio com a Secretaria de meio ambiente.

Prefeito Darci - Com relação ao licenciamento, não sei a maioria dos Prefeitos, mas na minha opinião o órgão que mais demora para dar o licenciamento, principalmente para as prefeituras não só para a empreendimentos particulares, é o DEPRN, lamentavelmente. Estou com processo desde o começo do ano e queria aproveitar a estiagem para fazer uma ponte, já passou a estiagem e não me aprovaram, alegam falta de pessoal, mandaram embora não sei quem, e no fim não aprovaram o projeto. Creio que a unificação desses três órgãos, Cetesb, DEPRN e DAEE talvez tenhamos mais agilidade. Outra pergunta, com relação a possilga, quem vai ser o fiscalizador, porque hoje tem duas em Jumirim e vai lá a Cetesb e fala que é da defesa animal, e a defesa animal fala que vai só até tal ponto e na realidade ninguém resolve o problema, não teria jeito de criar uma legislação específica para granjas e possilgas, no nível de estado ? Ninguém é contra as possilgas e granjas, mas temos de ter uma legislação mais clara no cumprimento das metas para não poluirm o ar, nem o meio ambiente e nem a perturbação através de odores.

Okano- Com relação à possilga estamos criando um grupo para discutir, porque hoje temos em algumas regiões, temos pleno conhecimento, e se você não cuidar dos efluentes domésticos, resíduos sólidos tem impacto ambiental significativo. O que fica na dúvida, no RGS por exemplo quem licencia são os municípios, esse tipo de coisas precisamos analisar e por exemplo informar o município que esse tipo de coisas, a possilga tem de ter para não poluir, para isso sim temos de criar um fórum de discussão, mas nosso Secretário está preocupado com essa questão e foi até conversar com o João Sampaio Secretário da Agricultura para resolvermos esse problema. Esperamos que esse problema da demora do DEPRN esteja resolvido com a unificação porque faremos inspeções conjuntas que facilitaria a vida da municipalidade.

- Paulo- Representante segmento sociedade civil organizada entidade Sintaema- Bom dia a todos, parece um contra-senso quando se fala do licenciamento unificado da Cetesb, eu entendi assim da exposição das quatro Instituições, quando se fala em agilizar, já está ocorrendo, o pessoal da Fundonesp que trabalha no DEPRN e o pessoal da Fundação Florestal, estão sendo jogados para fora da Instituição, quem tem mais know-how em licenciamento de supressão de área nativa, e com a diminuição desse pessoal, a Cetesb com pessoal menor, estamos falando em agilizar, ou diminuir a exigência ambiental? Outra coisa, será que na área de licenciamento o governo do estado vai terceirizar como está fazendo com todas as áreas do estado?
- Okano- Primeira coisa, terceirizar é impossível porque temos poder de polícia, é impossível você terceirizar o poder de polícia. Segunda questão, essa questão DEPRN e Fundonesp era uma questão que já era para ter acabado em 2005, e não em 2006/07 e o senhor deve estar sabendo que a reposição de funcionários, Engenheiros agrônomos e florestais, Biólogos, e outros que estão sendo contratados, já estão sendo pela Cetesb e não pela administração direta, de algumas demissões que foram feitas, já contratamos trinta técnicos pela Cetesb para repor ao DEPRN. Não credite que ser rápido tem de ser conivente ou ilegal, ser rápido dentro de um trabalho técnico bem feito é possível, sendo mais rigoroso do que somos, mesmo porque o senhor se esquece que hoje temos o instrumento chamado licença renovável, que algumas coisas podem não estar completamente cumpridas, implantadas, com previsão para ser corrigido no período de licença renovável, que existe um plano de melhorias contínuas para indústrias, isso é diferente, é um instrumento de renovação onde você avança muito mais do que qualquer outro sistema. Agora, se formos analisar a perda de material humano como o senhor está dizendo e o trabalho que vem, isso é muito relativo porque a Cetesb em 94 tinha 3000 funcionários com o mesmo serviço que temos hoje, e nem por isso a Cetesb deixou de cumprir seu papel e hoje com 1800 funcionários fazemos mais do que fazíamos

só que temos que otimizar nosso trabalho e por isso temos hoje licenciamento via Internet para aquilo que não tem impacto, o que é perfeitamente possível. Para exemplificar, emitimos mais de 2500 licenças via Internet, e não tivemos vinte problemas, sendo que três deles teve licença cassada por informação falsa o que está sujeito a processo criminal e civil por falsidade ideológica.

Vice-Presidente- Trazendo a discussão para o plano regional, estamos nisso há doze anos convivendo com essas empresas DAEE, Cetesb, Sabesp, DEPRN, e conhecemos os problemas, as eficiências e deficiências, está prevista uma nova divisão, antigamente tínhamos apenas a regional de Sorocaba, passamos a ter Itapetininga também e está sendo prevista uma para Botucatu e uma em Itu. Como falamos em agilidade no processo penso em gente capacitada. Queria saber, sabemos por esses doze anos de convívio como disse, que faltam técnicos no DAEE, faltam policiais para a polícia ambiental, técnicos da Sabesp, Cetesb, enfim essa divisão ocorrendo, está previsto mais contratações, mais técnicos para atender essas regionais, principalmente Sorocaba que mesmo com essa divisão a carga vai continuar pesada e a região é importante principalmente no que diz respeito à indústrias. O que se pretende fazer nesse sentido?

Okano- No primeiro momento temos um estudo de demanda de trabalho dos técnicos, foi feito um trabalho longo, pegamos toda a demanda que tínhamos não só industrial, do Ministério Público, questionamento de ONGs, toda documentação que emitimos precisa de laudo técnico. Temos um quadro que está previsto para começar a funcionar, nós temos um problema orçamentário de contratação, não tínhamos contratações previstas e esperávamos que fosse aprovado no orçamento do estado um pacote financeiro maior para fazermos exatamente isso, porque também dependemos do estado para o aporte financeiro, mas já tem uma previsão de ampliação do quadro para a própria Cetesb para o futuro e temos um custeio para isso, não só da Cetesb como adequação de parte do quadro do DEPRN, do DAIA, já temos um concurso

feito, do DAEE eu não sei. Nós temos um quadro e a gente toca, dá para tocar sem muita sobrecarga e o ideal é que no futuro a gente consiga um quadro técnico ideal para centrarmos em outros estudos que não só no licenciamento e fiscalização.

Presidente- Passo para a Jussara e agradeço ao Okano.

Secretária-Agora passamos às deliberações para aprovarmos e uma delas vai para o Conselho estadual de recursos hídricos. Uma é a deliberação, está na pasta de vocês, de não cobrança pelo uso da água até o segundo semestre, com uma série de considerandos explicando nossa situação e diz porque não estamos efetuando a cobrança até o segundo semestre, é uma formalidade e exigência da SMA que precisamos cumprir. E a outra, temos um GT da Agência de bacias para regularização de sua situação administrativa, e foi identificado um período onde houve eleição da sociedade civil mas onde não houve Ata do Conselho deliberativo da Agência e portanto ela fica nesse período de Presidente, onde foi a Lucy, ficou do ponto de vista legal, não existiu, então há necessidade de complementarmos esse período e em conversas com quem está cuidando do assunto, junto com o Ministério Público, identificaram de uma forma simples resolve-se estendendo o mandato, o Presidente é como se ele não tivesse abandonado o mandato e estendendo até o início do mandato do Marco, o Prefeito de Iperó que foi em julho/2007 e a mesma coisa para o Conselho deliberativo estendendo a gestão daquele Conselho deliberativo na gestão do senhor Darci até maio/2007 que foi quando demos posse ao novo Conselho deliberativo com dois terços dos membros. Tudo bem ?

Marcia - A proposta é para estender o mandato eu quero saber se eles concordam porque isso significa a continuação da responsabilidade durante esse período.

Debates (discussões simultâneas)

Secretária- A Márcia está colocando se as pessoas foram consultadas porque isso implica em assumir as responsabilidades do período.

Prefeito Darci- Eu fui comunicado agora pouco e ela levantou uma questão meio interessante e não teria problema de assumir até a passagem para o Marco de Iperó, antes até fizemos uma reunião em Sorocaba, há três meses, e discutimos esse assunto e estava lá presente uma representante do MP que ficou de trazer uma solução para nós, eu estava de direito mas não estava de fato no cargo, o Marco que estava respondendo e o período da Lucy ficou praticamente sem a homologação do Conselho deliberativo, eu aceito esse período que eu não estava no cargo Jussara, outro estava no lugar, mas com uma ressalva, se houver alguma coisa errada nesse período em que eu não estava no cargo de direito, o Conselho aqui também aqui também me isente da responsabilidade.

Dra. Eleusa - Na verdade essa prorrogação atende uma exigência do Ministério público, porque não houve nenhum ato nesse período onde está ocorrendo a prorrogação retroativa. Esse foi um estudo que fizemos, que a Lucy participou, conversamos também com o Dr. Rossatto e não teve nenhum ato, o que precisamos é apenas regularizar perante o cartório de registro que comprove que não existe lacuna, não existe nenhum vácuo.

Prefeito Darci- Não tenho objeção alguma, vou exercer no papel até a data que o Marco assumiu mas tem uma parte interina que a Lucy ficou no meu lugar, minha pergunta é desse período que eu não exerci, se houve algum ato que possa me prejudicar nesse período gostaria que a deliberação também me isentasse dessa responsabilidade.

Presidente- Uma proposta, fazer essa discussão no plenário fica uma coisa meio complicada. Primeiro que ninguém quer colocar a faca no pescoço do Darcy e ele se sentiu um pouco inseguro com isso e eu acho que tem uma certa clareza nos estudos já realizados e sugiro que façamos uma reunião com nossa Assessoria jurídica para te esclarecer e te dar a tranquilidade necessária e a gente reapresenta essa matéria sem prejuízo muito grande para fazemos as coisas com transparência e com o encaminhamento correto, acho que sobre essas questões não devem pairar nenhuma dúvida das conseqüências possíveis, porque isso que você pediu não dá para fazer, se aconteceu alguma coisa eu me isento, não somos nós que vamos julgar mas acho que é importante conhecer exatamente o que foi feito e o que não foi feito exatamente para ver, acho que não tem nenhum risco mas preferiria reapresentar isso para não te trazer esse constrangimento de decidir agora. Precisamos ter um tempo para discutir a matéria. Essa é a sugestão, se vocês concordam para reapresentar essa proposta.

Prefeito Darci- Se a Promotora pediu para fazer isso basicamente eu vou ficar responsável pelo período todo da minha eleição até passar para o Marco, a Lucy praticamente sai fora do circuito.

Presidente- Acho que depois você pode ter todo esse esclarecimento.

Prefeito Darci- Eu tenho quase certeza que não houve nada de errado não é Lucy?

Presidente- Passo para o Nobel já que não podemos deliberar o assunto, tem uma proposta de encaminhamento para gente transferir para a próxima sessão.

Nobel- Representante segmento sociedade civil organizada- Universidade de Sorocaba UNISO - Para a Agência da bacia não ficar parada até a próxima reunião, proponho que seja aprovada essa deliberação condicionada, por exemplo mais 10 dias para o Prefeito Darci avaliar e se ele avaliar que está tudo bem já estaria aprovada a deliberação, só para não ficarmos com a Agência novamente parada até

fevereiro. Se o Prefeito aceitar... o próprio promotor aprovou.

Prefeito Darci- Eu consulto a Doutora, se tiver condições no prazo de dez dias tudo bem.

Dra. Eleusa - Poderemos fazer uma reunião nesses 10 dias Nobel, com a Lucy, com o grupo de trabalho que foi eleito pelo Conselho deliberativo da Fundação composto pela Jussara, você, Lucy, Hélio e Aquiles. Esse grupo estaria passando para o Prefeito Darci tudo que aconteceu, pelo menos com 90% para ele ter conhecimento.

Presidente- Para encerrar vamos a mais uma ou duas colocações.

Celene- representante segmento sociedade civil organizada - Queria fazer uma sugestão, primeiro em relação a sua dúvida Nobel, acho que a dúvida é quanto ao mandato passado, o mandato atual está valendo não tem porque estar parado por conta disso, pode estar funcionando. Com relação a questão de responsabilidade do Prefeito acho que poderia ser estudada a possibilidade de ratificarmos a gestão que foi feita pela Lucy porque daí as coisas acontecem da forma como que ocorreram.

Participante- Se o Prefeito como disse aqui estava licenciado e a Lucy que era vice estava em exercício, não tem porque os atos que foram tomados, mas não há ato nenhum acho sim que pode deliberar hoje deixando claro que aquele Prefeito, a Lucy na verdade que estava em exercício como vice assumindo a Agência nesse período, não é isso?

Debates

Dra Eleusa - Um esclarecimento, o Prefeito Darci não estava licenciado, existe uma deliberação indicando a Lucy pelo Ciesp para Presidente da Fundação. Ocorre que não houve Ata do Conselho deliberativo, porque somente tem poder para eleger o Presidente da Fundação o Conselho deliberativo da Fundação e não houve Ata fazendo a eleição da Lucy e é impossível fazermos uma Ata hoje porque se trata de 2004 e temos por exemplo o Prefeito que morreu, de Piedade, não há como voltar para fazer uma Ata para

ratificar os dados da Lucy. Conversando com o Dr. Rossatto e com o MP, com o Dr. Jorge Marun chegamos à conclusão que para regularizar a Fundação, porque não podemos praticar nenhum ato hoje, porque ela está irregular, então prorrogamos de forma retroativa os mandatos para que encontre com o atual Presidente, o atual Conselho, e ratificando seus atos, por que usar essa palavra? Porque simplesmente prorrogar o mandato não tem o efeito jurídico de que precisamos, porque então podemos fazer um Ata para levar para registro porque temos o pessoal, temos o Presidente aqui, fica mais fácil para regularizar. Não sei se é possível a proposta do Nobel. Mais uma outra questão importante, o atual Presidente tem mandato até janeiro de 2008, conclusão, teremos um próximo vácuo de novo. Vamos ficar patinando, patinando e a importância da implementação da Agência é muito grande para nossa bacia.

Lucy Brandão- representante segmento sociedade civil organizada entidade Ciesp- Gostaria de falar algumas coisas, na gestão do Prefeito quando foi feita a eleição aquele Conselho deliberativo, naquela ocasião, é que tinha de ter tomado essas decisões e registrado. Todo sistema ficou parado lá. Com relação aos atos o único ato que foi feito durante o período foi a abertura da conta na Caixa Econômica estadual e ela não poderia ter permitido que fosse, eu e o Tavinho abrimos a conta, porque não éramos representantes legais, não foi exigido documento e não fizemos isso de má-fé, não sabíamos disso, e toda essa colocação da Eleusa hoje, não partiu dela, fui eu mesma no final, antes de entrar o Prefeito de Iperó, que fui no MP, foi eu e a Marli do MP que achamos que essa solução que a Eleusa está colocando seja uma solução que possa resolver essa situação. Com relação a Caixa econômica estadual, fui lá e conversei sobre o fato de não estarmos legal e termos assinado para abrir a conta, é uma coisa de responsabilidade deles, e se apresentarmos quem está hoje legalmente é suficiente para eles acertarem, todo dinheiro que foi colocado está lá, não é que está lá, ele já deixou de estar lá porque o próprio sistema financeiro já absorveu o

dinheiro, não foi feito nenhum movimento, só foi feita a abertura da conta.

Presidente- Vocês olham para mim?

Dra. Eleusa- Vamos dar para o Prefeito Darci se ele concordar, acredito que é melhor solução, uma solução que vem sendo trabalhada há muito tempo e hoje apenas demos a vértice jurídica dela.

Lucy- Só uma coisa, para o senhor Darci ficar confiante talvez fosse interessante ele consultar um advogado de sua confiança porque tem alguns dados de responsabilidade das prefeituras que ficaram suspensos e acho muito prudente que o senhor olhe isso.

Presidente- Pessoal, quem vai ter de decidir isso é o Darci, então acho que vamos ter de dar esse tempo para ele, naturalmente ele tem todo interesse de nos ajudar, é comprometido, e tem direito de ver isso até porque estamos dando um jeito de acertar uma situação necessária, ninguém também vai ficar dormindo sem fazer nada, temos uma agenda que continua e até porque a Agência existe, ela pode ter uma irregularidade mas entendo que não podemos dizer que não existe a Agência, existe, e precisa ter algumas questões precisam ser regularizadas no processo mas não significa que ela não existe que não tenha que avançar nesse processo, são questões que podem ser vistas a qualquer tempo, até porque podem ser questionadas *a posteriori*, vamos já deixar isso em ordem, mas entendo que devemos continuar avançando.

Prefeito Darci- Essa colocação que a Lucy falou da conta da Caixa econômica estadual eu estive com ela presente, de fato foi aberta irregularmente, tudo bem. Mas ela tocou em um outro assunto agora que os municípios ficaram comprometidos de repassar uma verba mensalmente para a manutenção da Agência. Se o MP exigir essa contribuição como estava no estatuto, como vou assumir uma responsabilidade dessas sendo o Presidente? Ela fala de consultar um advogado, como advogado, é uma Agência...

Presidente- Acho que é importante essa reunião Darci, vou inclusive propor isso, se estivesse em seu lugar, junto com o Promotor público, todos têm de pactuar isso, é uma questão de interesse público, ninguém fez intencionalmente, houve uma falha lá atrás que precisa ser corrigida, a bem do interesse público, estamos buscando uma questão de interesse público e que precisa encontrar um caminho seja seguro, obviamente você tem toda razão em colocar sua preocupação.

Prefeito Darci- Tudo bem, eu acato a sugestão do Nobel, da Dra. Eleusa, dos demais membros se reunirem dentro de dez dias, formar uma opinião, podem me convocar e vamos até o MP com o Promotor e não teria problema nenhum se ele me isentar desse período, dessas atribuições que a Agência teria, inclusive que a Lucy falou, de cobrar os municípios e não foi cobrado, tudo bem, pode aprovar a ação hoje já se regulariza, mas condicionado que para ter validade essa resolução... e o Promotor falando logicamente, em seu período está tudo ok...

Presidente- Vou colocar uma proposta para concluirmos. Colocamos isso na próxima reunião, um pouco mais de 50 dias para vermos isso e trazemos com absoluta tranquilidade aqui e vamos resolver isso com o Promotor e todo mundo, todos empenhados nisso e vamos produzindo as outras questões, ninguém vai ficar dormindo por conta disso, essa é uma questão que precisa ser regularizada lá atrás, por sinal uma questão que já existe há bastante tempo, não estou dizendo que a Agência não existe e que ela está inviável, ela precisa ter uma regularização de um problema lá trás e enquanto isso vamos estar tratando e avaliando as outras questões. Sugiro que isso seja colocado na pauta da próxima sessão, e daí não vai precisar dessa discussão, será rápido, o Darci já tem uma posição dele e com certeza já temos uma posição consensuada, inclusive com a anuência da promotoria porque todo mundo quer fazer isso da forma mais absolutamente transparente. A gente coloca isso em plenário na próxima reunião.

Prefeito Darci- Ali já vai ter uma definição com a promotoria...

Presidente-Exatamente. Quero colocar em deliberação essa proposta, os que forem favoráveis permaneçam como estão e os em contrário se manifestem.

Participante-Faço parte desse grupo e esqueceram de colocar meu nome .

Presidente-Outra deliberação agora, na verdade é uma prestação de contas, porque temos de dar essa informação, porque não estamos cobrando ainda e vamos dar essa informação que será encaminhada para o CRH. Coloco em discussão, ninguém querendo fazer uso da palavra coloco em votação, os que forem favoráveis permaneçam como estão e os em contrário se manifestem. Aprovado. Obrigado, quero também agradecer a presença de nosso querido Prefeito Herculano de Itú, Prefeito Tiseo de Alumínio, ex-Presidente Élbio Trevisan de Cesário Lange e ao Rubens representando nosso Prefeito Cassola de Votorantim, mais algum Prefeito? Agora passamos para as Câmaras técnicas, convido o Renato para apresentação dos nossos critérios dos recursos Fehidro.

Renato Alves da Silva- Representante segmento Governo do Estado de São Paulo DAEE- Boa tarde a todos. Primeiro um esclarecimento, gostaria de deixar bem claro que por enquanto o DAEE ainda é da Secretaria de Saneamento e Energia, até sob nova regulamentação. A apresentação que tenho para fazer eu vou tentar resgatar o tempo porque estamos atrasados e em nada vai comprometer se eu falar a seqüência de datas que temos na deliberação, que está tudo certinho, em função de temos de ter a aprovação da deliberação para os recursos que serão distribuídos o mais cedo possível uma vez que o ano que vem é ano eleitoral, então temos limitações de datas para receber e aprovar os pleitos.

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH poderá definir, até o início de 2008, a distribuição dos recursos do FEHIDRO referentes à compensação financeira da geração hidrelétrica, orçamento de 2008. Não temos cobrança ainda e o dinheiro do Fehidro

é referente à compensação financeira da geração hidrelétrica orçamento 2008 e o Comitê deve agilizar os procedimentos e hierarquizá-los. Considerando que ainda não foi implantada a cobrança, Considerando a Lei Estadual No 9.039, de 27/12/1994, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos, em conformidade com a Lei Estadual No 7.663, de 30/12/1991; Considerando as Metas/Ações contidas no Plano de Bacia do CBH-SMT, aprovado na Reunião Plenária de 09/02/2007, no município de Cerquillo; Considerando o Relatório Zero deste CBH-SMT, atualizado em agosto de 2007; Considerando o Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, que define prazos para que os colegiados deliberem e publiquem a hierarquização, priorização e indicação de empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO; Considerando as demandas apresentadas ao Comitê e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), no sentido de definir critérios específicos para a alocação dos recursos financeiros do FEHIDRO, destinados à UGRHI 10 - Sorocaba / Médio Tietê, para 2008. DELIBERA: Artigo 1º - Para inscrição, análise e hierarquização de pedidos de financiamento para obtenção de recursos do FEHIDRO, orçamento 2008, da quota-parte do CBH-SMT, fica aprovado o seguinte cronograma: (a) dias 21/11/2007 e 22/11/2007 plantão para esclarecimentos de dúvidas, técnicas e administrativas, relacionadas com os pleitos do FEHIDRO a serem requeridos, na Secretaria Executiva do CBH-SMT (SE/CBH-SMT), com os membros da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI) e colaboradores; atendendo quem quer que seja sobre as questões técnicas administrativas, procedimentos para esclarecer todos que irão pleitear recursos para esse ano para não haver dúvidas quando começar o processo, estaremos de plantão o pessoal da Câmara técnica e alguns colaboradores, principalmente o pessoal da UFSCar que está providenciando o curso de capacitação, vamos pedir para que eles também estejam lá (b) de 23/11/2007 a 18/01/2008: inscrição de empreendimentos, na Secretaria

Executiva do CBH-SMT (SE/CBH-SMT), para "pré-qualificação"; (c) de 21/01/2008 a 14/02/2008: análise de "pré-qualificação" dos empreendimentos, pela CT-PLAGRHI, sendo que os resultados serão divulgados no site www.sigrh.sp.gov.br até 15/02/2008; (d) de 18/02/2008 a 22/02/2008: período para esclarecimento de dúvidas, técnicas e administrativas, com a SE/CBH-SMT e com os membros da CT-PLAGRHI, relacionadas com os resultados divulgados; (e) de 25/02/2008 a 14/03/2008: inscrição dos empreendimentos pré-qualificados, na SE/CBH-SMT, mediante protocolo de vias impressas do projeto e documentos pertinentes; (f) de 17/03/2008 a 27/03/2008: análise e pontuação das inscrições, CT-PLAGRHI, sendo que os resultados serão divulgados no site www.sigrh.sp.gov.br até 28/03/2008; (g) de 31/03/2008 a 04/04/2008: protocolo de recursos, na SE/CBH-SMT, relacionados com os resultados divulgados; eventualmente que não gostou do resultado pode entrar com recurso e os resultados da Pains serão divulgados no site [sigrh](http://www.sigrh.sp.gov.br) (h) em 09/04/2008: Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI, para avaliação dos recursos protocolados, discussão e aprovação da proposta de hierarquização dos empreendimentos, com divulgação dos resultados no site www.sigrh.sp.gov.br até 11/04/2008; (i) de 14/04/2008 a 18/04/2008, período de avaliação pela CT-PLAGRHI, de eventuais questionamentos relacionados com os resultados divulgados; (j) após 18/04/2008, sujeita à convocação: Reunião Plenária do CBH-SMT para, dentre outros assuntos apreciar a proposta da CT-PLAGRHI de hierarquização de empreendimentos pelo FEHIDRO, com recursos do orçamento de 2008; (k) em no máximo 5 dias úteis após a Reunião Plenária, os pleitos que forem aprovados por Deliberação, deverão protocolar três cópias dos projetos e documentos, na SE/CBH-SMT, juntamente com uma cópia digital com os documentos que são exigidos para cumprimos os procedimentos legais. § 1º - Somente poderão ser inscritos, no período de 25/02/2008 a 14/03/2008, empreendimentos que tenham sido submetidos à análise de "pré-qualificação", conforme definido no item "c" do caput deste artigo, desde que atendidos os eventuais

ajustes requeridos. § 2º - A SE/CBH-SMT divulgará na página do CBH-SMT, do site www.sigrh.sp.gov.br, as Fichas de Inscrição, os Roteiros de Elaboração de Projetos e os documentos necessários para a "pré-qualificação" dos empreendimentos. § 3º - A "pré-qualificação" terá a função de analisar, de forma preliminar: 1 - O cumprimento pelo candidato a tomador de recursos, das regras estabelecidas pelo CBH-SMT por esta Deliberação; 2 - A adequação do Termo de Referência ou do Projeto do empreendimento, aos roteiros de elaboração de projetos, disponibilizados pelos Agentes Técnicos do FEHIDRO; 3 - O enquadramento do pleito nas diretrizes gerais que norteiam as prioridades do Plano de Bacia do CBH/SMT; 4 - Verificação da documentação (administrativa, técnica, financeira, certidões, licenças e outorgas) do empreendimento e outras exigências e limitações constantes do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, além do atendimento às disposições legais vigentes. § 4º - Fica delegada à Secretaria executiva ouvida a CT-PLAGRHI, a função de adaptar, alterar, incorporar e excluir critérios fixados nesta Deliberação, tendo em vista proceder a ajustes decorrentes de deliberações e estabelecimentos de normas e critérios que venham a ocorrer até a próxima Reunião Plenária do CBH-SMT, provenientes do CRH e do COFEHIDRO. Porque entre essa aprovação de hoje e a próxima reunião plenária podemos ter mudanças de regras oriundas do CRH e do Cofehidro, tem certas coisas que não podemos esperar a nossa próxima reunião para deliberarmos, então se houver necessidade de adequações fica delegado à Secretaria executiva e a Câmara técnica fazer se for necessário. § 5º - O não atendimento dos termos do item "k" do caput deste artigo, implicará no cancelamento da indicação aprovada em Plenária, sendo indicado para recebimento dos recursos o empreendimento suplente melhor classificado, que deverá providenciar o atendimento desse item a partir do recebimento de notificação da SE/CBH-SMT. § 6º - Fica delegado à CT-PLAGRHI, à CT-SAN e à CT-EEA a função de promover as análises e pontuações necessárias, conforme indicado nos itens "c", "f" e "h" do caput deste artigo, propondo a

hierarquização dos empreendimentos inscritos, com base nas diretrizes e critérios gerais estabelecidos no Anexo I desta deliberação, que vamos apresentar daqui a pouco. § 7º - Somente serão aceitas inscrições, interposição de recursos e ajustes em projetos, mediante protocolos realizados na SE/CBH-SMT em documentos não digitais. Artigo 2º - As exigências para seleção de propostas para utilização de recursos do FEHIDRO pelo CBH-SMT, bem como o recebimento dos recursos financeiros a fundo perdido, dos projetos, serviços e obras, serão aquelas estabelecidas no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, atendidos ainda os seguintes requisitos: I - cada candidato a tomador de recursos do FEHIDRO poderá inscrever até 2 (dois) empreendimentos para que sejam submetidos à análise de "pré-qualificação", devendo entretanto priorizar apenas 1 (um) para que seja indicado para financiamento, configurando dessa forma a disposição de se permitir o número máximo de 1 (um) pleito por município, órgão ou entidade. Porque dois o cidadão apresenta e fala minha prioridade é essa e aquela, a CT pode dizer por razões técnicas que tal não dá para aprovar, só dá para aprovar um mesmo que seja a prioridade 2 do pleiteante, acontece que tem a determinação que só pode um e que tem de ser passado pela pré-qualificação, então estamos dando a oportunidade de apresentar dos pleitos desde que cumpra aquela necessidade de ter sido aprovado pela pré-qualificação. II - são exceções ao disposto no inciso I deste Artigo, os empreendimentos de caráter regional ou que privilegiem todos os municípios que integram o CBH-SMT, ficando delegado à CT-PLAGRHI, a definição de critérios para o enquadramento de empreendimentos nessa categoria, bem como sua seleção e priorização e teto máximo permitido no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); estamos mantendo ainda a questão de teto mínimo e máximo porque ainda não temos a cobrança e nossos recursos ainda são bastante limitados e se deixarmos muito aperto iremos atendê-lo poucos, o que não é nosso objetivo, sem contar que nesse ano deu muito trabalho fazer tudo isso, o que está no anexo I porque pela primeira vez temos o plano de bacia que vai nortear todas

nossas decisões, vocês verão que temos de fazer muita coisa em função do plano de bacias e ainda não temos recursos suficientes; III - contrapartida mínima de 20% (vinte por cento) do valor global do empreendimento ou de acordo com o estabelecido no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, vigente na data de inscrição do empreendimento pré-qualificado, na SE/CBH-SMT; IV - apresentar valores de financiamento situados entre o piso de R\$ 30.000,00 e o teto de R\$ 180.000,00; V - não ter pendências com o Agente Técnico e/ou Agente Financeiro; VI - ter apenas um projeto contratado e iniciado, com exceções previstas no inciso II deste Artigo. Artigo 3º- As diretrizes aprovadas por esta Deliberação, têm aplicação exclusiva para o montante dos recursos a serem distribuídos no ano de 2008, não incluídos eventuais valores obtidos com a implantação da cobrança pelo uso da água neste CBH/SMT, sujeitos a critérios específicos a serem discutidos e aprovados. se eventualmente conseguirmos iniciar a cobrança em julho/2008 tendo recursos ainda em 2008, esta deliberação não se aplica. Artigo 4º - O Anexo I desta deliberação contém os critérios e diretrizes para obtenção de financiamentos conforme termos desta Deliberação, definidas com base nas Metas Específicas de Curto Prazo do Plano de Bacia do CBH-SMT. Artigo 5º - O Anexo II desta Deliberação contém a lista dos documentos para apresentação de Projetos ao Fehidro, para a fase de "pré-qualificação". Artigo 6º - O Anexo III desta Deliberação contém as diretrizes para elaboração de projetos relacionados à recuperação da Vegetação Nativa. Artigo 7º - O Anexo IV contém as premissas propostas pela CT-EEA para elaboração de projetos relacionados com a Educação Ambiental. Artigo 8º - Os casos omissos deverão ser objeto de análise e definição pela CT-PLAGRHI. Artigo 9º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo CBH-SMT. E essa deliberação só se completa com o anexo I que está definido tudo que vamos fazer e vai ser apresentado pela Jussara. Obrigada.

Presidente- Mantenha-se por aqui Renato. Isso foi o melhor que pode ser feito com critérios transparentes e levando em

consideração o que o Renato falou que agora temos um plano de bacia, que todos se lembram e que fez uma análise técnica, ambiental, de risco de toda a nossa região e que pautou prioridades e é óbvio agora que isso vai seguir esses critérios técnicos, isso vai contar na pontuação, o que tiver impacto maior para melhorar a qualidade ambiental de nossa região terá maior pontuação, acho que ninguém vai querer questionar esses critérios técnicos, inclusive o plano de bacia já foi aprovado por vocês. Vamos abrir rapidamente para algumas perguntas. Parece também que a novidade é colocar a questão da cobertura verde. Vamos deixar as perguntas para se que a Jussara fizer a explicação.

Prefeito Darci- O Renato explicou que para 2008 nós teremos os recursos já depositados agora do Fehidro e possivelmente a partir de julho do ano que vem, após a cobrança da água teremos mais dinheiro com a cobrança da água, minha colocação é que se essa colocação de vincula a receita da cobrança da água a repassar para o Fehidro, SMA ou para Agência da bacia e foi criada exclusivamente para receber essa verba como pessoa jurídica. Gostaria de saber disso. Como você fez a colocação dá impressão que a arrecadação da cobrança pelo uso da água vai para o governo e não para Agência da bacia.

Secretária-Não Darci, estamos discutindo sobre os recursos provenientes dos royalties da produção de energia elétrica que é esse que recebemos todo ano por volta de 1 milhão e pouco, a partir do momento da cobrança é outro momento, estão falando que vão cobrar a partir do segundo semestre/2008, não é a reunião para isso, mas existe muito trabalho que está sendo feito para chegar no valor da cobrança, no boleto e tudo mais, então mesmo que em 2008 tenhamos condições para cobrar não significa que já vamos estar recebendo em agosto para 2008, então o que o Renato falou é só para esse recurso do Fehidro, e nesse meio tempo nossa intenção é fazemos com que a Agência esteja regularizada e vai receber os recursos que está na lei da cobrança.

Prefeito Darci- Pela colocação dele está inserido.

Renato- Lá está escrito que o que estamos deliberando vale para os recursos Fehidro/2008 e não vale para cobrança. Sua preocupação faz sentido, mas é a Agência que vai gerir todos os recursos, não vai para o estado, nós não temos hoje e quando tivermos vamos ter de aprovar novas regras, que não são essas aqui.

Prefeito Darci- É que existe um trabalho para essa cobrança da água passar para o estado e não para a Agência .

Secretária- Isso não foi aprovado, o que foi tentado sobre isso anos atrás, não foi aprovado, o dinheiro arrecadado da bacia vem para a bacia, ponto final, 100% dele.

Prefeito Darci- Tudo bem, mesmo que não fique na Agência mas que fique no Comitê.

Secretária- E está aprovado em lei.

Presidente- Essa dúvida está sanada, todos recursos arrecadados estarão à disposição do Comitê, a Agência pode ser a captadora mas é o Comitê que vai decidir através dessas novas regras, possivelmente até com regras parecidas mas fica aqui não vai nada para o estado.

Secretária- Então vou ajudar o Renato porque participo da Câmara técnica como Secretária executiva. Vou apresentar os critérios e diretrizes para obtenção de recursos FEHIDRO/2008, ele já apresentou um cronograma e eu vou apresentar os critérios. Em primeiro lugar o Renato e o Presidente também falaram que hoje temos o plano de bacia e isso muda tudo, até não muda muito como vocês verão mas muda no tipo de discussão que a CT tinha como antes de adquirir esses critérios. Então os critérios têm como referência o plano de bacia aprovado em 15/02/07 o Relatório Zero que é um diagnóstico de nossa bacia, que está em nosso site e que já distribuimos e foi atualizado em agosto de 2007 e as informações atualizadas de algumas Prefeituras as demandas apresentadas à CT-PLAGRHI. Em primeiro lugar vou falar de onde partiu nossas propostas.

Esse é um mapa do nosso plano de bacia que apresenta a oferta de demanda hídrica natural na nossa bacia e temos todas as subbacias e somente a bacia do médio Tietê inferior, Botucatu, Bofete e cercanias que tem uma situação confortável com demanda menor de 37,5% e maior ou a igual a 25%, ou seja está em estado de atenção mas ainda é confortável e ela tem essa situação porque ali temos o aquífero Guarany que estão consideradas na disponibilidade para essa bacia. As demais, tanto o médio Sorocaba como o alto Sorocaba, baixo, médio Tietê superior e médio Tietê médio já se encontram em uma fase crítica, porque tem de ter uma demanda maior de 50% de disponibilidade, essa é a definição técnica do crítico. E essa subbacia que já tem uma demanda maior de 50% do que a vazão Q710 que é a disponibilidade hídrica dessas bacias.

Fica caracterizado nossa UGRHI 10 como crítica, podendo vir a sofrer com a escassez, em um outro lugar, por esse estudo que temos. E esse é o mapa de biodiversidade, vocês conseguem enxergar algum verde? Na verdade estamos considerando vegetação e temos inexpressiva cobertura vegetal nativa (capoeira, cerrado, cerradão e floresta), de apenas 13,57%, na bacia inteira, é um dado médio, temos vários municípios com menos do que 2% de vegetação nativa, Cerquilha por exemplo 1,3%, e fora isso mais quatro municípios no médio e baixo Sorocaba, no médio Tietê, que tem também valores menores do que 2,5% então realmente essa é uma situação das mais críticas e quando analisamos o plano de bacia vemos que um valor relativamente alto foi colocado para recuperar essa situação. Esse gráfico mostra desses 13,5% que falei como a média considerando a subbacia 1, do baixo Tietê, subbacia 2, médio Tietê, 3 baixo Sorocaba, 4 média, 5 Tietê superior e 6 na região do alto Sorocaba. Vimos que tem mais vegetação na 6 pelos formadores de Ibiúna, na 3 onde temos Salto, Cabreúva, Serra do Japi e fora isso tudo muito distribuído pela bacia, muito fragmentado, o que impede uma série de coisas, corredores de vegetação, impede trânsito dos animais, prejudicando a biodiversidade como um todo. Aqui mostra o nível de reserva legal que também

está deficitário. Outro assunto para vermos como está nossa bacia embora esse mapa esteja um pouco defasado, ele é o mapa do nosso plano que foi apresentado no início do ano e considerou o gráfico de 2005, então esse é um gráfico que fala do tratamento do esgoto doméstico, os municípios que estão em vermelho tem tratamento de 1 a 7%, os em roxo não tem tratamento de esgoto e os amarelo de 50 a 95% e verde claro tratamento 100% do total coletado. Primeiro, Botucatu em vermelho, estava na época em que foi feito o estudo, hoje está tratando o esgoto na faixa de 60%, já estaria amarelo, Salto em roxo também já está iniciando o tratamento e já está indo para amarelo também, Piedade também está com a ETE pronta também tendência a passar rapidamente para amarelo. Pelos dados do relatório vemos que em média 33% dos esgotos gerados em toda a bacia é tratado, temos que considerar que também tanto Sorocaba como Votorantim, importantíssimos na despoluição do rio Sorocaba, até 2010 estão comprometidos em resolver 100% de seus esgotos, e o Presidente disse que é antes de 2010. Então temos expectativa de aumentar muito esses números. Nos mostram que Sorocaba sem dúvida nenhuma é o mais numeroso em habitantes e Votorantim é um dos mais numerosos. Para lembrarmos quem não tem tratamento de esgoto, Anhembi, Conchas, Araçariguama, Mairinque, Alumínio, São Roque, Vargem Grande Paulista, Piedade que está iniciando, Alambari e Sarapui. Em relação aos resíduos sólidos esse gráfico é extremamente dinâmico, diferente do esgoto que demora anos para fazer a ETE, mostrar resultados e depois tem uma estabilidade, com resíduos sólidos anualmente é feita essa medida onde vai um técnico da Cetesb no município e preenche um questionário grande com todos os itens de resíduos sólidos do município e se naquele momento estiver bem operado, de encoberto, tem catadores e tudo certo vai ter uma nota alta, se for o contrário, por exemplo no mês seguinte não tiver uma operação adequada, vai ter condições impróprias naquele aterro naquele mês, isso muda muito então, esse é o retrato daquele momento, agora deve estar bastante diferente mas vale lembrar para vocês que em 1997 tínhamos apenas três municípios com IQR adequado, onde

um deles era Sorocaba que tem a maior porcentagem de lixo, inclusive então esse número ficava grande em termos de quantidade gerados na bacia, mas em número de municípios três, hoje inverteu, temos três municípios em condições inadequadas. Estamos falando do momento de 2005-2006, naquela época eram cinco e hoje temos três e também o plano de bacia fala das áreas contaminadas, uma série delas, e privilegia, se é que esse é um termo adequado, duas delas se destacam, Porto Feliz e Iperó, principalmente por colocar em risco mananciais de abastecimento público. Aqui é para mostrar o potencial das águas subterrâneas, nessa região de Botucatu, do aquífero Guarany é sedimentar e o azul mais intenso significa que há disponibilidade de 80 a 120 m³/h vazão dos poços, porque ali é área de recarga do aquífero e ele está muito próximo da superfície e nessa área de azul mais esmaecido 40 a 80m³/h e na parte verde, o Sorocaba, é um outro tipo de aquífero, fraturado, no verde-escuro, esse pequenininho, disponibilidade de até 100 m³/h, o verde mais claro de 1 a 12 m³/hora. Essa é a vulnerabilidade dos aquíferos a contaminação não sei se vocês sabem, mas onde temos área de recarga do aquífero, temos um solo mais poroso, de fácil penetração, onde fica fácil a água penetrar e assim como fica fácil para água fica fácil para qualquer coisa penetrar, inclusive para contaminação, por exemplo irrigação com produtos agrícolas, qualquer coisa pode atingir o aquífero muito mais rapidamente. É natural que vermelho escuro e marrom que significam vulnerabilidade muito alto/alto e vermelho alto/abaixo estejam na região da recarga do aquífero Guarany principalmente. Aqui a suscetibilidade dos processos erosivos, que é muito significativo na nossa bacia e especialmente nessa região, e aqui perto de Ibiúna, na Serra do Japi, porque existe declividade muito grande também. Como vocês sabem a erosão além de carregar o solo carrega também para dentro dos corpos d'água. Foram identificadas 283 ocorrências significativas de erosão na UGRHI-10, sendo a sub-bacia - 1 Médio Tietê Inferior a com maior fragilidade 204 ocorrências; a sub-bacia - 1 Médio Tietê Inferior composta de Botucatu, Anhembi, Bofete, Conchas, Laranjal Paulista, Tietê, Pereiras,

Porangaba e Torre de Pedra é considerada a de maior vulnerabilidade à contaminação de aquíferos, pondo em risco a qualidade do Aquífero Guarany. Esse é um resumo dos principais temas levantados no nosso plano de bacia e que trouxemos toda avaliação dos critérios em cima desses dados críticos apresentados. A proposta foi feita no GT plano de bacia que acompanha todo trabalho em relação ao plano e depois discutido na reunião da CT-PLAGRHI, a proposta tem três princípios básicos, primeiro priorizar os efluentes que de fato possibilitem a redução da carga poluidora d'água melhorando a qualidade dos recursos hídricos e também aquelas que possibilitem o aumento de sua disponibilidade, lembrando que temos um recurso muito aquém do que precisamos, o nosso plano de bacia dispõe que precisamos de 700 milhões de reais, até 2020, para resolver todos problemas da bacia, contendo todos os tipos de recursos, e hoje temos sem a cobrança por volta de 1 a um milhão e meio de reais, então precisaríamos de setecentos anos para recuperar se fosse só com esse dinheiro, então por isso fazemos uma priorização para esse dinheiro que é pequeno. A questão da educação ambiental deve ser contemplada em todos projetos, tudo que for feito tem de ter um componente de ação visando a educação ambiental naquele projeto e também que a distribuição dos recursos siga as prioridades estabelecidas no plano de bacia conforme a Câmara técnica de planejamento tomou por base a priorização estabelecida neste documento. Primeiro elencamos as áreas prioritárias, evidentemente as metas 1 e 2: afastamento e tratamento de esgotos domésticos nos municípios localizados em áreas de mananciais para abastecimento público especialmente na sub-bacia 6 formadores da bacia de Itupararanga e na área de recarga do Aquífero Guarani (sub-bacia 1). Meta 3: sistemas de disposição final de resíduos sólidos nas seguintes situações : 1-municípios avaliados quanto ao IQR como "inadequado"; 2-municípios localizados em áreas de mananciais ou de recarga do aquífero sub-bacia 6 ou 1, e áreas de disposição com a vida útil prestes a vencer. Terceiro item Controle de erosão a meta 7, em áreas de alta e média susceptibilidades sub-bacias 1 e 6. Foi muito discutida a

questão de erosão por que é muito grande o problema, principalmente na subbacia 1, e os recursos do Fehidro não seriam suficientes para recuperar uma área tão grande mas considerou-se que esse recurso pode ser suficiente para realização de levantamentos ou detalhamento de informações sobre a capacidade de uso do solo e do seu zoneamento para prevenir o avanço dessas erosões. Cobertura vegetal recuperação metas 10 e 11, principalmente em áreas de mananciais (mtinferior) em áreas de recarga de aquíferos (Alto Sorocaba); em áreas de alta e média susceptibilidade a erosão (mtinferior e Alto Sorocaba) e áreas com menores taxas de cobertura vegetal que se localizam principalmente nas sub-bacias mtm, mts e bs. Recuperação da cobertura vegetal englobando projetos de reflorestamento de matas ciliares, de incremento na produção de mudas e de sementes, além de levantamentos básicos sobre a flora da região. São obras extremamente importantes que tem de ser cuidada pela nossa bacia e não temos tempo mais de jogar para frente, temos de começar. Áreas contaminadas que falei agora pouco, porém entendemos que não para os recursos do Fehidro mas para fazer articulações, negociações envolvendo os órgãos estaduais, o MP se necessário, mas com a interferência do Comitê de bacia para recuperar isso que é absolutamente urgente. Disponibilidade hídrica, em todos estudos vemos que de nada adianta fazer um estudos de qualidade, de vegetação, de erosão, declividade, se não tivermos monitoramento hidrológico para sabermos quanto de água temos na bacia e temos uma rede deficitária com operação deficitária também e isso está sendo proposto não só aqui como também estamos propondo que a Coordenadoria de recursos hídricos encaminhe isso para nível estadual também de recuperar e manter essa operação porque não podemos perder esses dados, se não o tivermos não conseguimos planejar nada com relação à bacia, está como prioridade e são as metas 4, 5 e 6 que englobam também perdas de águas, realizar estudos e levantamentos para a identificação de opções de abastecimento e esgotamento e especificamente para o município de Pereiras, infelizmente o Prefeito não está aqui hoje, teve um problema e não pode

vir, mas ele entrou em contato com o Comitê para expor o problema do município e a Câmara técnica de planejamento fez a reunião lá em Pereiras para conhecer o problema e chegou à conclusão que realmente é gravíssimo. É uma região que basicamente tem muito pouca água superficial e a água que tem é com teor de flúor muito elevado e nessa estiagem como agora são obrigados a utilizar essa água subterrânea com concentração de 8 mg por litro de flúor, mesmo fazendo a misturam 1/10 fica muito elevado do que os padrões de saúde pública. A Câmara técnica chegou à conclusão de que ali precisa buscar alternativas de abastecimento para o município, buscar água de outra bacia, precisa ver o que fazer. É uma situação muito grave e o MP está junto também e a Câmara considerou esse assunto extremamente prioritário. Monitoramento hidrológico meta 12, que é o que já falei a respeito dos dados de quantidade de água na bacia e do monitoramento que é deficitário. Meta 14, capacitação e educação ambiental, de técnicos, sobre projetos de tratamento de esgoto, de resíduos sólidos, educação ambiental, produção de mudas, e outros. Em caso de Prefeituras, os técnicos deverão ser concursados. Por último a base de dados meta 13, que fala que devemos preparar e manter atualizada as bases técnicas dos vários setores de interesse dos recursos hídricos. Mesmo morando no estado de São Paulo que é mais rico tendo mais condições no Brasil, ainda tem deficiência muito grande de dados, observamos que tem bacias ou regiões com mais dados do que outras, o PCJ que sempre é citado começou em 93, antes do nosso, não é só por esse motivo, e eles têm uma base técnica de dados muito maior do que qualquer outra região do estado de São Paulo e temos que correr atrás e montar esse banco de dados, porque não tem e a nossa e uma delas. Com base em demandas específicas encaminhadas à CT-PLAGRHI, houve consenso em manter a destinação de no mínimo 30% dos recursos financeiros a projetos que tenha como objetivo o planejamento e a gestão da Bacia, banco de dados, cobrança pelo uso da água, entre outros. Pela importância que o assunto requer, julgou-se adequado incluir nesses recursos, aqueles destinados a solucionar a questão dos

estudos de alternativas de abastecimento e esgotamento do município de Pereiras. Normalmente quem pede esses 30% é o consórcio que tem atribuição regional que tem sido tomador desses recursos que acaba na verdade beneficiando a bacia inteira, o plano de bacias foi feito assim, o monitoramento hidrológico do ano passado, estudo de perdas. A proposta hoje é manter esses 30% para planejamento e gestão da bacia e que dentro desses 30% entre também esse plano de busca de alternativas para abastecimento e esgotamento do município de Pereiras. Os 70% restantes, seriam disponibilizados com base na análise dos projetos, levando em conta a priorização sugerida, utilizando a seguinte proposta de pontuação. A Câmara técnica por todas questões que foram levantadas definiu priorizar para esse ano os recursos do Fehidro para as áreas de conservação recuperação da mata nativa, erosão que é consequência disso e monitoramento hidrológico, por todos motivos elencados até agora, isso nunca foi feito, no nosso Comitê sempre foi prioridade absoluta tratamento de esgoto, e não estamos priorizando tratamento de esgoto nesse momento, está também, mas no segundo plano, 15 pontos erosão, conservação e recuperação de mata nativa e monitoramento hidrológico todos em primeiro lugar, em segundo lugar e esgoto e resíduos sólidos e em quarto capacitação e educação ambiental considerando que todos projetos apresentados devam ter uma ação de educação ambiental, mesmo assim se tiver um projeto de educação ambiental ele entrará mas com essa pontuação. Vocês vão falar, porque 15,5,4 ? Para diferenciar bem o primeiro e o segundo lugar, para mostrar bem o que é prioritário, para trabalharmos nesse ano com essa prioridade, priorizando os projetos e naquelas áreas que foram colocadas como prioridades. Está em amarelo essa meta porque na verdade a proposta é que ela fique fora disso com 30 % dos recursos e os 70% restantes dentro desse panorama. Não mudou muito porque nosso sistema está o mesmo, nunca tivemos uma injeção significativa de recursos na bacia então embora nossos problemas estejam melhorando devagar continua sendo esgoto, lixo, erosão, falta de dados, continua sendo recuperação da vegetação nativa, agora, mudou a

priorização das propostas para que fiquem em primeiro lugar, repito, conservação e recuperação da vegetação nativa, monitoramento hidrológico e erosão, que não é a recuperação da erosão mas sim fazer aquele mapeamento dos usos e capacidades do solo. Fora isso receberão pontos projetos que forem relativos à bacia toda cinco pontos, projetos regionais envolvendo mais de um município, mas não necessariamente a bacia toda 3, e projeto local, no município 2 pontos, e projeto absolutamente local, atendendo um bairro, um distrito um ponto. Quanto ao tipo de empreendimento, se for projeto obra e serviços, se for continuidade de projetos Fehidro cinco pontos, implantação que não tenha sido projeto original Fehidro quatro pontos, se for continuidade e também não projetos Fehidro três pontos, projeto de capacitação educação e treinamento três pontos, equipamentos para operação um ponto. Quanto à contrapartida quem apresentar maior do que 81% recebe 5 pontos, de 61% a 80 % 4, de 41% a 60% 3 e de 26% a 40% 2 e mais de 20% até 25% 1, 20% é o mínimo estabelecido pelo Manual de procedimentos operacionais do Fehidro. Propôs-se que para incentivar ações pró-ativas serão adicionados pontos nas seguintes situações: ganham 2 (dois) pontos os projetos localizados em municípios que possuam plano diretor com delimitação, em carta topográfica e memorial descritivo, dos mananciais de abastecimento público de água e com normas específicas de proteção desses recursos hídricos. Ganham 2 (dois) pontos os projetos localizados em municípios que apresentem políticas de gestão implementadas de resíduos sólidos, minimização de resíduos, reciclagem, reuso, coleta seletiva, compostagem, etc. Ganham 2 (dois) pontos os projetos localizados em municípios que possuam leis específicas e ações efetivas e comprobatórias de manutenção e aumento de cobertura vegetal nativa, APPs e criação de Unidades de Conservação. Os projetos de recuperação da vegetação nativa serão analisados com base em parâmetros básicos que consideram a localização do empreendimento, a sustentabilidade do projeto, a integração com outras ações ambientais, entre outros aspectos. Não vamos detalhar isso aqui mas vocês têm em

suas pasta o detalhamento e estará disponível no site também. Quanto à produção de mudas e sementes, serão priorizadas ações que visem o incremento da produção de estruturas já existentes. Não vamos reinventar a roda, vamos ver o que tem e o que precisa ser feito para que isso aumente a produção. Os parâmetros para a análise dos projetos de recuperação da vegetação se encontram em anexo a esta Deliberação (Anexo III) estarão disponíveis no site www.sigrh.sp.gov.br. Os projetos apresentados que não atenderem ao modelo do Termo de Referência Padrão não serão analisados, esse TRP será disponibilizado pela Secretária Executiva no site. Só para lembrar estamos iniciando um curso, a partir da semana que vem para os que têm interesse em entrar com projeto Fehidro em qualquer uma das áreas independente do resultado dessa pontuação. Obrigada.

Presidente- Obrigado Jussara, vocês viram a complexidade disso, é óbvio que é fácil questionado mas o difícil é apresentar um melhor que esse, pode não concordar com uma ou outra coisa mas tem uma visão global bem clara, existe coerência de raciocínio, baseado nas avaliações do plano de bacia, avaliações técnicas, variações de riscos e nas questões de avaliação de risco benefício também que deverão contribuir para essa melhoria ambiental de nossa região.

Prefeito Darci- Naquela colocação da prioridade que você fez que começa em Botucatu e vem, faltou Jumirim e gostaria que antes da votação incluísse Jumirim. Porque Tietê está para cá de Jumirim.

Secretária- É, está certo Darci. Aquela é uma priorização para a subbacia 1.

Prefeito Darci- Outra sugestão, o Prefeito de Pereiras a está aqui mas conheço bem a região lá, para a Câmara técnica, olha, se não tiver alternativa para captação de água acho que a mais próxima viabilidade seria no rio Tietê, fazendo um aquaduto até perto de Conchas que fica próximo e resolveria o problema.

Secretária- Quería pedir para os membros da Câmara técnica virem até aqui para me ajudar a responder às perguntas.

Presidente- Abrindo para as perguntas lembrando do tempo e também de que é uma proposta técnica e certamente foi o melhor que se pode conseguir com o levantamento dos dados existentes.

Secretária- Pedimos também para os titulares se manterem em seus lugares porque temos de votar.

Oscar- Representante segmento sociedade civil entidade Associação dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Tatuí – ABRIOTA- Com relação à questão de lixo. Acho muito pertinente, estamos há onze anos trabalhando dentro do Comitê e não temos assim um resultado. Quería propor que fizéssemos um levantamento de todos municípios, tem município que está com 8,9 mas está jogando na Paulinea, que fosse feito um estudo com relação a lixo e que os municípios se unissem para resolver essa questão. Porque hoje para uma empresa se tornar economicamente viável com aterro sanitário tem de gerar mais ou menos 400 toneladas de lixo/dia e temos de parar com isso dando um ponto final nisso com os Prefeitos colaborando com essa ação para resolvermos essa questão que não é um bicho-de-sete-cabeças, é uma questão de sentarmos todo juntos, vermos os problemas, quantidades, distâncias e propor uma questão que resolva a ação do lixo, além da coleta seletiva. Proponho então que a gente tivesse um diagnóstico mais detalhado com relação ao lixo e fazer uma proposta para resolver o problema e construir aterros sanitários na bacia que deve resolver essa questão.

Presidente- Acho que essa não é uma proposta relacionada diretamente aos critérios apresentados mas é para ser analisada oportunamente por que obviamente não precisamos ter 50 aterros sanitários, podemos ter 10 que funcione bem e que seja viável economicamente que possa ter até interesse de exploração de empresas tendo condições de viabilidade para se manter nas condições técnicas adequadas, para reduzir o custo dos municípios

obviamente. Está encaminhado. Não tem a ver diretamente com a proposta do Fehidro de critérios de pontuação. O que mais? Que bom. Estão vendo, está reconhecido o trabalho pelo encaminhamento. Colocando em votação, os que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. **Aprovado** por unanimidade os novos critérios de pontuação do Fehidro.

Darci- Com relação a minha inclusão?

Presidente- Não, não, é automática porque ela apenas não citou mas no mapa já estava incluído pelo critério técnico.

Secretária- Não me lembro se Jumirim está na subbacia 1 ou não, se foi um erro nosso está incluído automaticamente.

Presidente- Está bom? Bom, agradeço, agora só para terminar, 21 segundos, você pediu 30 mas não vai dar porque já são mais de 1h da tarde, essa realmente foi uma reunião... e vou passar rapidamente para nosso Vice-presidente e depois também nosso Presidente de honra Piunti também faça uma saudação especial a todos.

Vice-Presidente- Só agradecer a todos a presença e cumprimentar o Presidente, o professor, Prefeito, Gabriel, Rodnei. O que vimos hoje foi um exemplo de gestão pública do município, a competência de vocês, do trabalho que vocês estão fazendo em Porto Feliz e vamos usar como referência o trabalho que vocês estão fazendo aqui. Refazer o convite para hoje às 18h da inauguração do posto de coleta de embalagens de agrotóxicos em Cerquilho. Muito obrigado.

Presidente- Passo agora para nosso Presidente de honra o Piunti, o fundador, primeiro Presidente do nosso Comitê. É uma satisfação recebê-lo.

Piunti- Presidente Vitor Lippi, Prefeito anfitrião Maffei, é um prazer participar dessa reunião depois de tanto tempo, e saio daqui com sentimento de dualidade, não vou fazer nenhum discurso, até porque sou de Itu, me restringirei a uma mensagem telegráfica. Estou vindo aqui pelas mãos do Aymar, fiquei muito feliz com esse encontro mas gostaria de colocar para reflexão a todos um velho pensamento de que

os dois mais fortes guerreiros são o tempo e paciência. E chego aqui verificando que temas antigos continuam sendo debatidos. Essa é minha angústia. Minha preocupação. Não podemos perder o sentido do passado e a memória. Houve muita festa, e isso no meu terceiro mandato, no palácio dos Bandeirantes quando o governador que não me lembro o nome, 1992-93, anunciou convênio com a Fundação Nakazume para investir 500 milhões de dólares na despoluição do Tietê e nós acreditamos, e havia segurança de que até 2010 o Tietê estaria despoluído. Nós estamos em 2007. Isso realmente nos preocupa, nos entristece. Estou citando um tema, poderia citar dezenas deles. Mas há um ato positivo. A sociedade civil, os técnicos, os Prefeitos, isso estimula a gente. Faço esse apelo que continuemos nessa luta porque se não corremos o risco de vivenciar o que Vitor Hugo nos diria séculos atrás " uma sociedade de ovelhas pode gerar um governo de lobos".

Presidente- Temos para encaminhamento final a agenda da próxima reunião e temos uma proposta, quero cumprimentar nosso Prefeito Geraldo de Salto, para dizer que nossa sugestão é que a próxima reunião seja feita em Salto, porque tivemos frustrado nosso encontro com a Secretária Dilma mas ela se comprometeu a reagendar para fazer uma explanação mostrando todo plano do governo mostrando um cronograma de investimentos, inclusive assinando um protocolo de despoluição gradativa do rio Tietê e seria muito oportuno que pudéssemos retomar essa pauta em Salto na próxima reunião e quero colocar como proposta. Primeiramente em discussão. Coloco em votação os que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem, para que reunião seja em Salto, e tinha sido também apresentada proposta para ser em Araçariguama, estamos encaminhando ambas as propostas, enfim, o Prefeito Aymar falou que antes de sair gostaria que fosse feito lá, e coloco até em respeito a agenda da Secretária, exatamente o compromisso com o Tietê para que fizéssemos no mesmo local previsto. Em votação, os que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Carlos Aymar- Prefeito de Araçariguama- Gostaria de reiterar que realmente temos interesse que seja em Araçariguama e estamos colocando essa possibilidade, que possa ser também na subsequente, poderia ser também, mas que fosse considerado isso.

Presidente- Nossa Secretária está dizendo que devido a pauta vamos ter de fazer nossas reuniões ordinárias em menor espaço de tempo, então certamente poderemos também atender o pleito de Araçariguama. Então quero agradecer mais uma vez o Prefeito Maffei, nossa querida cidade de Porto Feliz, agradecer a cada um de vocês, os técnicos que tem trabalhado muito, a essa harmonia que tem reinado nessa casa, estamos somando esforços, esse é nosso objetivo principal, temos uma agenda propositiva e positiva de trabalho, uma agenda harmônica onde possamos ter como bandeira única nosso meio ambiente e acho que as coisas estão caminhando, é assim mesmo. Quero sempre deixar uma mensagem de confiança, de confiança, felizmente aqui as pessoas são sérias e sabemos que os desafios são grandes e não são conquistados em alguns meses mas quando olhamos aquele mapa vimos que muita coisa mudou para melhor e temos uma jornada ainda pela frente, temos desafios a serem enfrentados, se não não estaríamos aqui. Então acho que estamos cumprindo bem esse papel e quero parabenizar a cada um de vocês pelos resultados que conseguimos aqui. Muito obrigado, até a próxima reunião. O Prefeito está convidando para o almoço e quero agradecer mais uma vez o Dr. Otávio Okano que esteve nos ajudando a esclarecer vários assuntos importantes, meu muito obrigado.

* * *